

# DO “OURO BRANCO” AO “OURO NEGRO”: A dinâmica econômica do extremo sul da província capixaba – século XIX

## FROM “WHITE GOLD” TO “BLACK GOLD”: *The Economic Dynamics of the Extreme South of the Province of Espírito Santo – 19<sup>th</sup> century*

Laryssa da Silva Machado<sup>a, @</sup>

<sup>a</sup>Doutoranda em História pela Universidade Federal do Espírito Santo e mestre em História pela mesma Universidade. Especialista em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal do Espírito Santo e em Psicopedagogia pelo Centro Universitário São Camilo Espírito Santo. Graduada em História pelo Centro Universitário São Camilo Espírito Santo. Professora Efetiva da Rede Municipal de Educação de Marataízes-ES (desde 2012).  
@Contato principal: [assyral@gmail.com](mailto:assyral@gmail.com)

### Resumo

O século XIX capixaba foi marcado por transformações econômicas e sociais. A produção açucareira da primeira metade do Oitocentos e a cafeeira, na segunda parte do século, fizeram com que a província passasse a viver uma nova era. Com isso, inúmeros cativos, muitos deles africanos, adentraram as praias sul-capixabas para serem usados como mão de obra. O presente artigo pretende apresentar a dinâmica econômica e social da região extremo-sul da província capixaba com destaque para Itapemirim, vila mais antiga fundada nesse território. Além de ter sido dividida em duas partes, litoral destinado a produção de açúcar e interior a produção de café, era em Itapemirim que se localizava o porto mais próximo da Corte. Para análise de dados utilizamos fontes primárias e bibliográficas.

### Palavras-chave

economia do Espírito Santo | população do Espírito Santo | escravidão no Espírito Santo

### Códigos JEL

N56 | N96 | Q13 | R11

### Abstract

The 19th century in the Brazilian province of Espírito Santo was marked by economic and social transformations. The production of sugar in the first half of the 19th century and coffee in the second part of the century made the province go through a new era. As a result, countless enslaved, many of them Africans, passed through the beaches of Espírito Santo on the way towards the plantations. This article intends to present the economic and social dynamics of the extreme southern region of the province of Espírito Santo, with emphasis on Itapemirim, the oldest settlement founded in this territory. In addition to being divided into two parts, the coast for sugar production and the interior for coffee production, the closest port to the imperial capital was located in Itapemirim.

### Keywords

Economy of Espírito Santo | Population of Espírito Santo | Slavery in Espírito Santo

### JEL Codes

N56 | N96 | Q13 | R11

## 1. Contexto econômico capixaba no século XIX: o litoral sul

O objetivo deste artigo consiste em situar a economia regional da província do Espírito Santo ao longo dos Oitocentos. Não é tarefa fácil, pois se tratava de região dividida em, pelo menos, três porções, com características razoavelmente distintas e com colonização em épocas diferentes. Para efeitos de análise, considerou-se, assim, a divisão entre norte, cujo núcleo básico era a vila de São Mateus (RUSSO, 2007); o centro, capitaneado pela capital da província, a vila de Vitória; e sul, centrada no vale do Rio Itapemirim (LAGO, 2013; RIBEIRO, 2012; MACHADO, 2019). Estudos precedentes constataram a distinção entre as

sociedades de cada um desses espaços.

As mudanças ocorridas no Espírito Santo ao longo do século XIX foram profundas e inauguraram novo período de desenvolvimento da região. Figurando entre as primeiras capitânicas doadas por Portugal e vista, pelo governador-geral do Brasil, Tomé de Souza, como a melhor e mais abastada capitania (RIBEIRO, 2012), a terra do primeiro donatário Vasco Fernandes Coutinho amargou por séculos inúmeros problemas políticos e econômicos (CARVALHO, 2008, p.28-34).

A partir de 1800, ainda com dificuldade, iniciou-se um período de prosperidade. Nessa época, deu-se primeiro e decisivo passo no sentido de definição da identidade territorial do Espírito Santo enquanto unidade administrativa e política distinta, dotada, inclusive, de um projeto de desenvolvimento próprio. Os Capitães-Mores que passaram a cuidar da Capitania, no fim do período colonial, tinham propostas com objetivo de dar autonomia política, administrativa e jurídica ao Espírito Santo, estimular o povoamento da região e destacar o Porto de Vitória como ponto estratégico por ser próximo à Capitania de São Tomé ou Paraíba do Sul (SANTOS, 2002). Porém, tais medidas resultaram em poucas mudanças na região.

Nos anos iniciais do império, as autoridades provinciais continuavam a repercutir em seus registros os anos de penúria da antiga capitania. Ignacio Accioli de Vasconcellos, primeiro presidente provincial, escreveu em sua *Memória Estatística da Província do Espírito Santo*, de 1828 (VASCONCELLOS, 1978, p.15) as condições miseráveis do território capixaba que, apesar das inúmeras possibilidades de exploração, mantinha grande parte de suas terras férteis desocupadas. Anos antes, em 1811, Francisco Manoel da Cunha, escrivão da Capitania, reclamava ao Conselheiro de Estado, Antônio de Araújo e Azevedo, o Conde da Barca, o fim da alfândega, o que levou ao encerramento da navegação direta entre o Espírito Santo e a Europa e a África (CUNHA, *apud* CARVALHO, 2008, p.52).

Até meados do século XIX, a economia do Espírito Santo baseava-se na produção de alimentos exportados em parte para outras províncias (CARVALHO, 2008, P.59-60). Em terras capixabas produziam-se farinha de mandioca, açúcar, fios de algodão, cachaça, arroz, milho, feijão, cal, colchas e redes. O plantio do café, no início do século, ainda era pequeno e não se destacava nem mesmo na economia espírito-santense. Porém, essa produção floresceu na segunda metade do século e proporcionou crescimento e dinamismo à província. Em 1850 o Espírito Santo contava com 10 municípios, Vitória, Serra, Nova Almeida, Linhares, São Mateus, Espírito Santo, Guarapari, Benevente (hoje Anchieta) e Itapemirim.

José Teixeira de Oliveira (2008, p.354) classifica a transição da primeira para a segunda metade do século XIX como o “início de uma nova era”. De acordo com o autor, “foi assim, enfrentando dificuldades de toda ordem – em sua grande maioria derivadas da deficiência de recursos – que o Espírito Santo alcançou o fim da primeira metade do século XIX.” Após a independência do Brasil houve melhorias estruturais, porém, foram as lavouras de café as responsáveis pela transformação desse quadro de dificuldades.

Em relatório de 1854 (ESPÍRITO SANTO, 1854, p.37) apresentado pelo presidente, Dr. Sebastião Machado Nunes, destacaram-se os gêneros agrícolas produzidos no Espírito Santo, figurando o café como a principal renda provincial. “Os principais gêneros de produção d’esta província são o assucar [sic.], a aguardente, os mantimentos, e o café; a produção d’este ultimo gênero data de poucos anos, mas já constituo a principal renda da província, ele promete um futuro lisonjeiro.”

Introduzido em meados de 1815 (ROCHA, COSSETTI, 1983, p.15-18), o café tornou-se cultura dominante por volta de 1840, e substituiu gradualmente o cultivo e a produção de açúcar. Entre 1856 e 1872, houve grande expansão da cafeicultura concentrada na região Sul, especificamente nos Vales dos rios Itapemirim e Itabapoana. Outras regiões capixabas, como a de São Mateus e Vitória, investiram no cultivo do café sem o mesmo sucesso. São Mateus, inclusive, retornou ao cultivo da mandioca.

### Mapa 1. Província do Espírito Santo (1850)



Fonte: ADAM, J. de Villiers de L'Ile. *Carta Topográfica e Administrativa da Província do Espírito Santo*. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, Brasil, 1850.

A expansão cafeeira no sul do Espírito Santo vincula-se diretamente com a desaceleração da produção do Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais (ROCHA, COSSETTI, 1983, p.19), quando fazendeiros dessas regiões migraram para a província capixaba, dando lugar à colonização de terras férteis em espaços inexplorados na província. Primeiro vieram os mineiros, atraídos pelas “terras virgens” capixabas, graças às estradas abertas em Itapemirim e Itabapoana. Dos caminhos do Sul, especialmente das estradas litorâneas a partir de Campos do Goitacazes, chegaram proprietários do Norte Fluminense (BITTENCOURT, 1987, p.68). Constituiu fator determinante nesse processo migratório o baixo preço de venda das terras capixabas (ROCHA, COSSETTI, 1983, p.21-23). Importante destacar que, até 1832 os municípios de Campos dos Goytacazes e São João da Barra pertenciam a província capixaba, sendo anexados nesse ano ao Rio de Janeiro.

No sul capixaba, inicialmente, as lavouras foram implantadas na área litorânea dos Vales dos rios Itapemirim e Itabapoana, objeto desta pesquisa. As fazendas de cana-de-açúcar havia sido a primeira

opção dos novos lavradores nos anos iniciais do Oitocentos. A partir de 1840, entretanto, o cultivo de café tornou-se mais frequente, talvez em razão de maior margem de lucro e por exigir menos capital e cuidados dos imigrantes que continuavam a chegar à região (ROCHA, COSSETTI, 1983, p.16). A expansão das lavouras seguiu em direção às terras do interior dos vales, em vista de condições naturais mais propícias, principalmente a presença do solo massapê, mais consistente e resistente à erosão. Além disso, as ondulações do relevo eram mais suaves e favoráveis, além do clima úmido com chuvas regulares (SALETO, 1996, p.35).

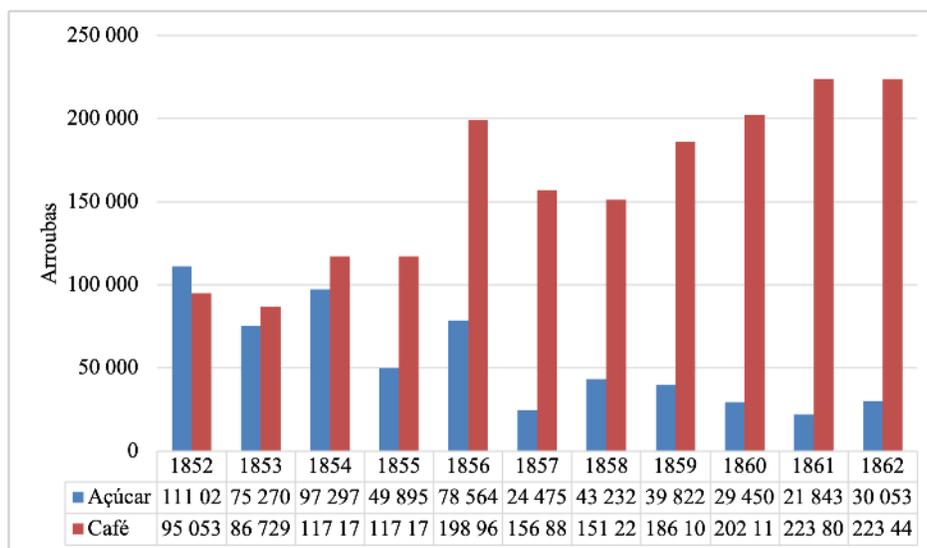
O vale do Itapemirim, porém, cindiu-se em duas regiões. No interior, a adaptação do café concretizou o sonho dos recém-imigrados. No litoral, no entanto, as lavouras cafeeiras não obtiveram idêntico sucesso, mantendo-se o cultivo da cana (ROCHA, COSSETTI, 1983, p.35). Na época, porém, o açúcar deixou de ser o principal produto agrícola na província. Em 1861 o presidente da Província, José Fernandes da Costa Pereira Junior, em relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, descreveu como a produção de café cresceu, e atribuiu esse sucesso ao alto preço daquele produto no mercado externo e ao baixo custo de produção. Os principais produtos agrícolas capixabas nesse período eram o café, o açúcar e a mandioca, este último produzido em larga escala na comarca de São Mateus (ESPÍRITO SANTO, 1861, p.87).

**Tabela 1.** Exportação de Café e Açúcar no Espírito Santo em Arrobas(1852-1862)

<b>Anos</b>	<b>Açúcar</b>	<b>Café</b>
1852	111.021	95.053
1853	75.270	86.729
1854	97.297	117.170
1855	49.895	117.178
1856	78.564	198.964
1857	24.475	156.880
1858	43.232	151.227
1859	39.822	186.102
1860	29.450	202.117
1861	21.843	223.809
1862	30.053	223.442

Fonte: ROCHA, COSSETI, 1983, p. 17.

**Gráfico 1.** Exportação de Café e Açúcar no Espírito Santo em Arrobas (1852-1862)



Fonte: ROCHA, COSSETI, 1983, p. 17.

A tabela e o gráfico acima apresentam a evolução da exportação do café e o respectivo recuo nas vendas do açúcar capixaba. A produção cafeeira em 1862 superou o dobro da produção de 1852, exportava-se praticamente o triplo do total produzido em 1852. Em comparação, o açúcar teve queda brusca ao longo desses dez anos. Outros dados referentes à exportação do açúcar e do café pelo Espírito Santo foram apresentados pelo presidente provincial Domingos Monteiro Peixoto, em 1875 (ESPÍRITO SANTO, 1875, p.60), conforme apresenta a Tabela 2.

**Tabela 2.** Exportação de Café e Açúcar no Espírito Santo em Quilos(1869-1874)

Anos	Açúcar	Café
1869	285.421,959	5.249.584,198
1870	727.825,261	6.002.968.317
1871	627.572,836	7.881.779,553
1872	588.632,297	6.351.729,246
1873	266.818,034	6.614.500,767
1874	282,917	4.860.052,334

Fonte: ESPÍRITO SANTO, 1875, p. 60.

Apesar de não haver dados comparativos no decorrer da década de 1860, as tabelas até então apresentadas deixam clara a liderança que o café assumiu na exportação agrícola capixaba. É importante ressaltar que o açúcar, apesar de perder o posto de principal produto exportado pela província, ainda permanecia com certo destaque econômico, já que era o segundo produto agrícola espírito-santense.

O café, então, tornou-se cultivo concentrado no sul da província do Espírito Santo. Praticamente metade da lavoura pertencia à região, acompanhada de perto pela região da capital (ESPÍRITO SANTO, 1875, p.26). Nas primeiras décadas da segunda metade do século XIX, a região central (capital) liderava as exportações do produto. Porém, com o passar dos anos, o Sul se tornou a mais importante região exportadora da

provincia. A tabela 3 apresenta a exportação de café por regiões.

**Tabela 3.** Participação Relativa das Regiões da Província do Espírito Santo na Exportação do Café [%] (1857-1885)

Anos	Norte	Capital	Benevente	Sul
1857	25,1	58,8	1,0	15,1
1862	17,8	55,0	---	27,2
1873	5,2	43,2	5,3	46,2
1885	5,1	31,4	6,1	57,4

Fonte: ROCHA, COSSETI, 1983, p. 26.

A produção de café, além de dinamizar a economia capixaba, trouxe obras de infraestrutura, principalmente na área dos transportes. Estradas foram construídas em toda província, como a “Estrada Geral” que cortava o Espírito Santo de norte a sul pela costa marítima, além da estrada que ligava Itapemirim às Minas do Castelo. A Estrada Geral se encontrava com caminhos que levavam às pequenas vilas e povoados do interior do Espírito Santo. Outras estradas foram construídas, ainda que precárias. Houve também o incentivo à navegação a vapor: “Em quase todos os rios em que era possível a navegação a vapor ela foi um acontecimento. Do antigo Cricaré ao Itabapoana vemo-la em realização [...]. Onde o café se enraizou [...] ela absorveu maior investimento [...]” (BITTENCOURT, 1987, p.76, 82).

Apesar de todo o dinamismo proporcionado pelo café no Espírito Santo, a produção capixaba era pequena se comparada a de outras províncias brasileiras. Ocupando principalmente a região sul, a produção cafeeira espírito-santense apresentava problemas estruturais sérios. O transporte ainda era precário, o que elevava o custo da produção e reduzia a lucratividade (ROCHA, COSSETTI, 1983, p.24). Além disso, as fazendas de café eram formadas por grandes áreas de terras com pequena parte ocupada pela produção (ALMADA, 1984, p.54-56).

Tal produção, na segunda metade do século XIX, não representava 5% da produção total das principais províncias produtoras: Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Taunay (*apud* ROCHA, COSSETTI, 1983, p.25) afirma que “no Espírito Santo não houve na era imperial, e de longe sequer, o surto de esplendor cafeeiro que tão notáveis proporções tomou na Província do Rio de Janeiro, [...] no Norte de São Paulo, [...] assim como na Mara de Minas.”

Em 1851-52, a produção do café fluminense representava 73,9% do total produzido no Brasil, enquanto que o Espírito Santo produzia apenas 1%. Nos melhores anos, a quantidade de café exportada pela província capixaba chegou a menos de 5% do total exportado pelo país. Porém, ao longo da segunda metade do século XIX, o Espírito Santo foi a província que obteve o maior índice de crescimento da produção do grão, superior ao Rio de Janeiro, que, entre 1871-72, era o maior exportador de café no período. A partir de 1856, o crescimento da produção de café no Espírito Santo foi superior a outras regiões produtoras (ROCHA, COSSETTI, 1983, p.25).

Além disso, o café trouxe aumento significativo da na receita provincial. “A receita provincial, deficitária, que em 1824 não passava e rs. [sic.] 46:231\$852, alcançou a rs. 189:963\$767 em 1869, subindo a rs. 235:099\$661 no ano seguinte; chegando quase a atingir a casa dos dois mil contos de réis em 1878, rs. 1.804:827\$535” (BITTENCOURT, 1987, p.78). Os relatórios dos Presidentes da Província, ao longo da segunda metade do século XIX, demonstram esse aumento da receita, conforme se pode aferir na Tabela a seguir.

**Tabela 4.** Receita da Província do Espírito Santo nos anos financeiros(1843 -1871)

<b>Ano</b>	1842	1843	1844	1845	1846
<b>Valores</b>	_____	40:606\$867	29:196\$690	26:609\$445	32:160\$122
<b>Ano</b>	1847	1848	1849	1850	1851
<b>Valores</b>	36:304\$566	31:846\$224	33:379\$821	39:739\$473	43:086\$417
<b>Ano</b>	1852	1853	1854	1855	1856
<b>Valores</b>	50:870\$187	51:619\$109	69:750\$233	61:808\$997	86:600\$880
<b>Ano</b>	1857	1858	1859	1860	1861
<b>Valores</b>	95:433\$664	95:433\$664	125:378\$000	139:725\$901	118:568\$041
<b>Ano</b>	1862	1863	1864	1865	1866
<b>Valores</b>	135:299\$767	115:941\$117	124:483\$096	143:050\$982	119:119\$398
<b>Ano</b>	1867	1868	1869	1870	1871
<b>Valores</b>	170:422\$706	173:282\$581	189:963\$767	183:050\$747	257:220\$265

Fonte: ESPÍRITO SANTO, 1852, Mapa 13; 1861, p. 91; 1871, p. 54; 1873, p. 52.

Como se pode observar, se comparada à década de 1840, em que a receita provincial atingia a marca de 40 contos de réis, as décadas seguintes tiveram grande aumento, principalmente na década de 1860, quando se ultrapassou os 100 contos de réis, e, em 1871, 257 contos. O café proporcionou à província renda nunca antes obtida. Como Oliveira (2008, p.354) afirmou, a segunda metade do século XIX inaugurou de fato nova era para a economia capixaba.

É importante ressaltar que a expansão cafeeira e o crescimento econômico espírito-santense ocorreram justamente no período em que o tráfico de africanos estava proibido no Brasil e se promulgava a Lei Eusébio de Queirós em 1850. Esse fato merece destaque ao se analisar a população escravizada capixaba durante o século XIX, assim como as estratégias utilizadas para a obtenção de mão de obra cativa após a proibição do tráfico. Além disso, o Espírito Santo ocupou papel relevante ao burlar a lei de fim do tráfico de 1850, como será discutido mais a frente neste trabalho.

**Mapa 2.** Parte da Província do Espírito Santo (1882)



Fonte: H. Laemmert & Cia. Ed. Prop. *Províncias de Minas Gerais e do Espírito Santo composto sobre os últimos As existentes e de acordo com as estatísticas e demarcações oficiais.* Arquivo Nacional. Rio de Janeiro - Unidade de Federação-Rio de Janeiro – Brasil, 1882.

## 2. População capixaba no século XIX

A paisagem humana do Espírito Santo sofreu mudanças consideráveis no Oitocentos, assim como sua economia. Aliás, a mudança populacional relaciona-se profundamente com as transformações econômicas. É importante ressaltar que o contexto econômico do século XIX produziu marcante diversidade populacional nas regiões capixabas. Enquanto a economia da região central era voltada para a produção de alimento e abastecimento interno, com exportação de alimentos para a Corte e a Bahia, a região sul produzia e exportava açúcar e café, produtos com grande valor comercial no exterior.

A escravidão era comum a todas as regiões da província. A população capixaba como um todo, durante o século XIX, era bastante reduzida, equivalente a pouco menos de um por cento dos habitantes do Brasil. Nesse período, o crescimento populacional foi interessante. De dados expostos por Adriana Campos (2011, p.85-86), nota-se que a população total do Espírito Santo sofreu considerável aumento ao longo do século XIX. Em finais do Setecentos, a população total era de 22.493 habitantes e aumentou para 82.137 em 1872, de acordo com o Censo oficial. Também merece destaque o aumento do número de escravizados na província: de 6.834 passou a 22.659, respectivamente.

O maior incremento de escravos na Província do Espírito Santo não ocorreu, porém, no primeiro quartel do século XIX. O movimento de expansão com maior relevo aconteceu após 1856. Embora reduzida a expressão demográfica da província ao longo do XIX, a proporção de escravos no total de residentes alcançava grande significação (CAMPOS, 2011, p.86). Fatores endógenos à economia capixaba e o contexto

do fim da escravidão conferiram contornos específicos ao crescimento das escravarias.

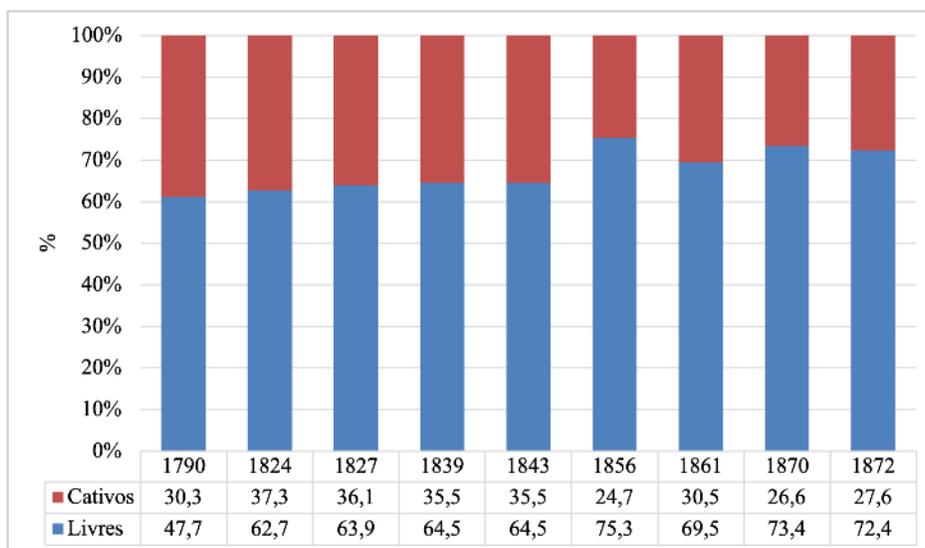
As mudanças econômicas e populacionais resultaram no aumento do número de habitantes livres e cativos. A tabela a seguir apresenta dados da população espírito-santense entre 1790 e 1872, obtidos em fontes diversas, para melhor visualização do crescimento populacional ao longo dos Oitocentos.

**Tabela 5.** População Livre e Escrava do Espírito Santo(1790-1872)

Ano	Livres		Cativos		Total
	Nº	%	Nº	%	
1790	10.749	47,7	6.834	30,3	22.493
1813	-----	-----	-----	-----	18.807
1814	-----	-----	-----	-----	23.338
1818	-----	-----	-----	-----	24.585
1824	22.165	62,7	13.188	37,3	35.353
1827	22.931	63,9	12.948	36,1	35.879
1833	-----	-----	-----	-----	27.916
1839	16.817	64,5	9.233	35,5	26.080
1843	21.122	64,5	10.376	35,5	32.720
1856	36.793	75,3	12.100	24,7	48.893
1861	42.217	69,5	18.485	30,5	60.702
1870	51.825	73,4	18.772	26,6	70.597
1872	59.478	72,4	22.659	27,6	82.137
1875	-----	-----	20.037	-----	-----

Fonte: CAMPOS, 2011, p. 85; VASCONCELLOS, 1858; VASCONCELLOS, 1828; LAGO, 2013, p. 39; ESPÍRITO SANTO, 1839, p. 18; 1844, p. 16; 1857, p. A-5, A-6, A-7; 1857,p. 9 e 10; 1862, p. 62-63; 1871, p. 137-140. CENSO, 1872; RELATÓRIOS ESTATÍSTICOS, 1876.

**Gráfico 2.** População Livre e Escrava do Espírito Santo em porcentagem (1790-1872)



Fonte: CAMPOS, 2011, p. 85; VASCONCELLOS, 1858; VASCONCELLOS, 1828; LAGO, 2013, p. 39; ESPÍRITO SANTO, 1839, p. 18; 1844, p. 16; 1857, p. A-5, A-6, A-7; 1857, p. 9 e 10; 1862, p. 62-63; 1871, p. 137-140. CENSO, 1872; RELATÓRIOS ESTATÍSTICOS, 1876.

Ao longo do século XIX a população capixaba aumentou consideravelmente, principalmente após 1856, período da expansão cafeeira. Além do aumento da população livre, o número de cativos também se elevou. A proporção livre-escravo se manteve numa média de 31,5%. De 1872 a 1875 a população cativa sofreu queda de 2.622 pessoas, cerca de 12%. Essa diminuição pode refletir as leis abolicionistas, principalmente a Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, que tornava livres os filhos das escravas nascidos após aquela data. Também não se pode esquecer a formação de pecúlio por parte dos cativos para aquisição de sua liberdade ou de algum ente querido. O relatório nacional de 1876 (ESPÍRITO SANTO, 1876, p.99, 125) justifica a redução populacional no Espírito Santo: faleceram 1.242 cativos, outros 551 se libertaram e 940 saíram do Espírito Santo,<sup>1</sup> reflexo do comércio interno de almas. Além disso, havia 2.726 filhos livres de mulheres cativas. Ainda assim, pode-se considerar expressiva a população escravizada capixaba. E o mais importante, os cativos encontravam-se na base produtiva da província.

Para melhor observar a composição da população escrava capixaba é preciso analisar os dados populacionais das vilas e cidades. Em mapa de 1839 e enviado pelo presidente Silva Coito ao Ministro dos Negócios da Justiça, Pereira de Vasconcelos, há interessantes subsídios sobre a população escrava das vilas e cidades capixabas, uma vez que apresenta a naturalidade dos cativos da província, conforme demonstra a Tabela 6. Esse mapa populacional serve de ponto de partida para uma série de análises sobre a população cativa capixaba. Naquele ano, a cidade de Vitória, capital da província, possuía 35,4% dos cativos capixabas, seguida por Itapemirim, que tinha exatamente metade da população cativa da capital, cerca de 17,7% escravizados. A quantidade de africanos em cada uma das cidades e vilas capixabas representava 30,7% do total de cativos do Espírito Santo.

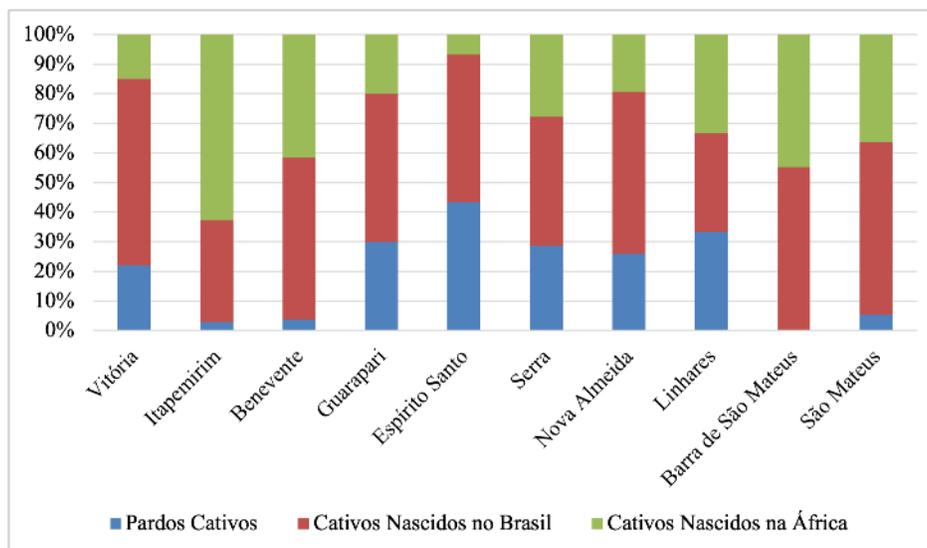
<sup>1</sup> O relatório não apresenta explicação para o fato.

**Tabela 6.** Naturalidade da População Escrava do Espírito Santo em 1839

Cidades / Vilas	Pardos Cativos		Cativos Naturais do Brasil		Cativos Naturais da África		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Vitória	724	7,8	2.061	22,3	485	5,3	3.270	35,4
Itapemirim	42	0,5	567	6,1	1.026	11,1	1.635	17,7
Benevente	21	0,2	263	2,9	202	2,2	486	5,3
Guarapari	133	1,5	233	2,5	96	1,0	462	5,0
Espírito Santo	124	1,3	136	1,5	19	0,2	279	3,0
Serra	319	3,5	494	5,3	313	3,4	1.126	12,2
Nova Almeida	71	0,8	159	1,7	58	0,6	288	3,1
Linhares	9	0,1	11	0,1	10	0,1	30	0,3
Barra de São Mateus	-	-	146	1,6	121	1,3	267	2,9
São Mateus	75	0,8	811	8,8	504	5,5	1.390	15,1
Total	1.518	16,5	4.881	52,8	2.834	30,7	9.233	100

Fonte: LAGO, 2013, p. 39.

**Gráfico 3.** Naturalidade da População Escrava do Espírito Santo em 1839 (%)



Fonte: LAGO, 2013, p. 39.

Dentre os 2.834 cativos oriundos da África, 1.026 estavam em Itapemirim. A vila apresentava a maior quantidade de escravos africanos da província naquele período, já que, representava 11,1% do total de cativos e 36,2% dos africanos escravizados presentes no Espírito Santo. Ao se analisar apenas os dados referentes aos nascidos no Brasil, Vitória apresentava quantidade elevadíssima: eram 2.785 cativos brasileiros, entre negros e pardos enquanto em Itapemirim havia 609 escravos crioulos.

Os dados demonstram diferenças marcantes entre as regiões centrais e sul da província. Tanto a economia quanto a composição da mão de obra cativa distinguem as duas regiões. Rafaela Lago (2013, p.34) ressalta as diferenças existentes entre as escravarias de ambas as regiões, pois em cada uma delas predominava o elemento africano ou o crioulo. Embora desiguais nesse aspecto as regiões possuíam em comum a existência de famílias cativas com inúmeras crianças, proporcionando crescimento natural das escravarias.

Até 1856, a vila de Itapemirim, localizada na porção litorânea do vale do Itapemirim, concentrava a maior parte das unidades produtivas e a população da região. Com a interiorização da produção cafeeira, operou-se o primeiro desmembramento quando se criou a freguesia de Cachoeiro de Itapemirim. Com o crescimento da produção e da importância de seus produtores, Cachoeiro foi elevada à categoria de Vila, em 1864, separando-se definitivamente de Itapemirim (DECRETO PROVÍNCIAÇ nº 11, 1856). Aos poucos, Itapemirim perdia não apenas território como parte de sua riqueza, uma vez que Cachoeiro concentrava as fazendas de café. Entender a composição da população dessas três localidades é importante para conseguir distingui-las. A tabela a seguir apresenta dados demográficos de Vitória, Cachoeiro e Itapemirim entre os anos de 1824-1872, onde são comparadas as populações livre e cativa.<sup>2</sup>

**Tabela 7.** Comparativo entre a População Livre e Cativa de Vitória, Itapemirim e Cachoeiro (1824-1872)

Ano	Vitória				Itapemirim				Cachoeiro			
	Livres		Cativos		Livres		Cativos		Livres		Cativos	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1824	7.912	61,2	5.026	38,8	1.184	50,8	1.148	49,2	-----	-----	-----	-----
1827	8.380	66	4.324	34	797	43,5	1.038	56,5	-----	-----	-----	-----
1839	9.234	73,9	3.270	26,1	2.487	60,4	1.635	39,6	-----	-----	-----	-----
1843*	13.570	71,6	5.375	28,4	5.690	64,6	3.117	35,4	-----	-----	-----	-----
1856**	13.164	77,5	3.834	22,5	4.968	59	3.454	41	-----	-----	-----	-----
1861***	11.767	73,8	4.169	26,2	4.493	51	4.315	49	2.228	40	3.379	60
1870	14.669	82,9	3.031	17,1	4.680	70	2.013	30	7.263	54	6.179	46
1872****	11.835	76,4	3.650	23,6	6.808	70,3	2.873	29,7	11.014	59,5	7.482	40,5
1875	-----	-----	3.473	-----	-----	-----	2.335	-----	-----	-----	7.094	-----

Fonte: VASCONCELLOS, 1828; LAGO, 2013, p. 39; ESPÍRITO SANTO, 1839, p. 18; 1844, p. 16; 1857, p. A-5, A-6, A-7; 1857, p. 9 e 10; 1862, p. 62-63; 1871, p. 137-140; Censo de 1872. Relatórios e Trabalhos Estatísticos, 1876.

\* A comarca de Vitória compreendia os municípios de Guarapari, Benevente e Itapemirim.

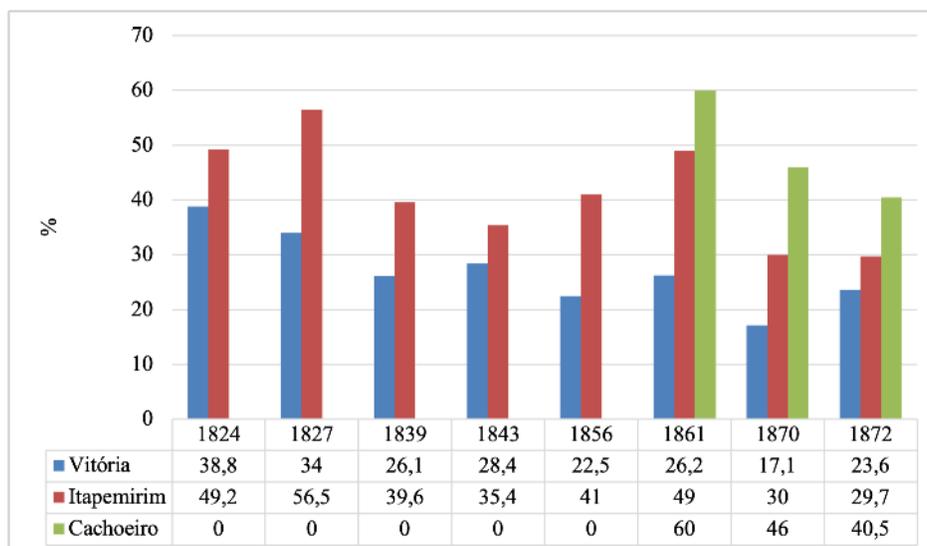
\*\*O Termo de Vitória compreendia os distritos de: Vitória, Cariacica, Viana, Mangaragy Carapina e Espírito Santo. O Termo de Itapemirim compreendia os distritos de: Itapemirim, Cachoeiro e Itabapoana.

\*\*\*O Município de Vitória compreendia as freguesias de: Vitória, Carapina, Viana, Maguarahy, Cariacica, Santa Isabel, Rio Pardo. O Município de Cachoeiro compreendia as freguesias de Cachoeiro e Muqui.

\*\*\*\* O Município de Vitória compreendia as freguesias de: Vitória, Carapina, Cariacica, Viana e os distritos de Itapoca e Mangaragy. O Município de Cachoeiro compreendia as freguesias de: Cachoeiro, Rio Pardo, Alegre, Veado, Itabapoana e Aldeamento Afonso.

<sup>2</sup> Termos utilizados em cada levantamento estatístico: 1824-1827 – Freguesia; 1839 – Município; 1843 – Comarca; 1856 – Termo; 1861-1870-1872 – Município.

**Gráfico 4.** População Cativa de Vitória, Itapemirim e Cachoeiro % (1824-1872)



Fonte: VASCONCELLOS, 1828; LAGO, 2013, p. 39; ESPÍRITO SANTO, 1839, p. 18; 1844, p. 16; 1857, p. A-5, A-6, A-7; 1857, p. 9 e 10; 1862, p. 62-63; 1871, p. 137-140; Censo de 1872. Relatórios e Trabalhos Estatísticos, 1876.

Os dados expostos demonstram que ao longo do século XIX a população escravizada de Vitória diminuiu, representando 38,8 % em 1824 e 23,6 % em 1872. Já as populações cativas do Sul, tanto em Cachoeiro de Itapemirim quanto na Vila de Itapemirim, representavam fatia expressiva dos dados demográficos. Em Itapemirim, o ápice do número de cativos foi no ano de 1827, quando representavam 56,5 % da população, e em 1872 era praticamente um terço do total de habitantes. É preciso destacar que, nos anos referentes às décadas de 1850-60, os cativos de Itapemirim correspondiam a 41 % e 49 % respectivamente. Em Cachoeiro, no ano de 1861, a população cativa chegava a 60 % e, em 1872, os escravos eram 40 % da população.

O aumento na quantidade de cativos pode ser observado nos números absolutos apresentados na tabela anterior. Em Itapemirim, no ano de 1856, eram 3.454 cativos e em 1861 esse número aumentou para 4.315. Nos anos referentes a década de 1870, o número de escravos caiu pela metade, reflexo da emancipação política de Cachoeiro em 1864. Ainda assim, entre os anos de 1870 e 1872 houve um aumento na quantidade de escravos de 2.013 para 2.873, respectivamente. Em Cachoeiro, a tabela mostra que, entre 1861 e 1872 a população cativa aumentou consideravelmente: eram 3.379 escravizados em 1861, passando para 6.179 em 1870 e 7.482 em 1872. Ribeiro (2012, p.111) chama atenção para o aumento que, segundo ela, estava na contramão da tendência do Brasil, uma vez que a população cativa brasileira regredia após 1850.

A população escrava de Cachoeiro obteve, portanto, extraordinário crescimento a partir da década de 1860. Esse aumento ocorreu devido à necessidade de braços para o trabalho nas lavouras de café, que se encontrava em pleno desenvolvimento. Como mencionado, a região concentrava a maior parte das lavouras de café da província, o que explica a explosão demográfica cativa. Ao se observar os dados populacionais da Província Capixaba ao longo do Oitocentos, vê-se que Itapemirim tinha destaque entre as freguesias espírito-santense. Mesmo tendo perdido o protagonismo econômico do início do século, dado o crescimento da economia cafeeira, o lugar não entrou imediatamente em declínio. Seria contraditório considerar Itapemirim decadente quando ainda possuía quantitativo maior de cativos do que as freguesias produtoras de café.

### Mapa 3. Vale do Itapemirim no Sul da Província do Espírito Santo (1861)



Fonte: MARTINIÈRE, E. de la. *Carta corográfica da província do Espírito Santo organizada por ordem do Exmo. Sr. Dr. A. Alves de Souza Carvalho presidente da mesma província*. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro - Unidade de Federação-Rio de Janeiro – Brasil, 1861.

### 3. A formação de Itapemirim: do açúcar ao café

A região de Itapemirim estava entre as primeiras terras mencionadas na colonização. A referência mais antiga à região é encontrada na carta de confirmação dos limites das Capitânicas do Espírito Santo e São Tomé (Paraíba do Sul), datada de 12 de março de 1543. Segundo Levy Rocha (1966, p.7), os donatários Vasco Fernandes Coutinho e Pero Góes, por não saberem ao certo os limites das Capitânicas, resolveram mudar o nome do Rio de Tapemery para Santa Catarina, que passou a ser o limite das mesmas. O novo nome, porém, não prevaleceu sobre a toponímia tupi. Rocha também faz referência a uma povoação denominada Santa Catarina de Mós, que havia sido iniciada pelo filho do capitão-donatário de São Tomé, ao sul do Rio Itapemirim. A mesma não vingou devido aos ataques dos índios goitacás. Quando Francisco Gil de Araújo tomou posse da capitania, ainda havia no local vestígio da igreja e das casas que ali havia (ROCHA, 1966, p.8). Também há descrições do Rio Itapemirim em mapas portugueses do século XVII. O rio aparece com o nome de *Tapemirim* (MARQUES, 2003, p.165; ROCHA, 1966, p.10), o que demonstra que a região já era conhecida. Aparentemente a povoação não foi bem-sucedida, pois registros relacionados à ocupação da região do Rio Itapemirim só reapareceram no início do século XVIII. Em 1674 o herdeiro das terras capixabas, Antônio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho, vendeu ao coronel baiano Francisco Gil de Araújo a capitania, que iniciou a busca por ouro, colonizando, assim, a região da atual Vila Velha à localidade de Benevente (atual Anchieta). A região compreendia de um lado ao outro da foz do rio, onde existia uma vasta aldeia que passou a fazer parte de uma fazenda de açúcar, pertencente à família Caxangá. O início da povoação de Itapemirim, portanto, ocorreu no período das expedições realizadas pelo baiano Gil de Araújo (MARINS, 1920, p.199-200). A colonização efetiva dessa região, porém, aconteceu apenas em 1771, com a chegada dos refugiados das Minas de Castelo, após ataque indígena ao local. Fazia parte do grupo o capitão Baltazar Caetano Carneiro e Pedro Bueno, que compraram a fazenda que pertencia a Domingos de Freitas Bueno e deram um desenvolvimento maior ao engenho de açúcar que ali havia (BRAGA, 1996, p.15-17).

Segundo Gabriel Bittencourt (2006, p.78) as terras que pertenciam a Ignácio Pedro Cacunda, bandeirante e descobridor das Minas de Castelo, foram compradas pelo Capitão Tavares Brum, que além de adquirir as terras por escritura pública, as obteve do governo português por sesmarias (MARINS, 1920, p.210-211). A partir de então a região se desenvolveu através das lavouras de açúcar, inicialmente, e depois do café.

Em 1808, de acordo com os relatos da passagem do desembargador Luís Tomás de Navarro pelo local, a povoação de Itapemirim, que também era chamada de Caxangá, possuía muitos moradores e, na opinião do desembargador, tinha condições para virar vila (ROCHA, 1960, p.11). Além disso, Navarro conta que, nas margens do Rio Itapemirim, havia seis ou sete engenhos grandes de fabricar açúcar. Já em 1828, eram seis sesmarias com cultivos agrícolas, mas apenas três eram confirmadas, duas lojas de fazendas secas e três de lojas de molhados, além de tavernas (VASCONCELLOS, 1978, p.H verso).

A povoação da região foi realizada pelos próprios capixabas, mas contou com a ajuda de mineiros e paulistas que imigraram para o Espírito Santo na primeira metade do século XIX em busca de melhores condições de vida. José Teixeira de Oliveira afirma que aqueles que migraram para a região não experimentaram a violência dos índios da região ao desbravarem essas terras. Segundo ele, “não consta que os colonos tenham, em tempo algum, experimentado a ferocidade dos indígenas” (OLIVEIRA, 2008, p.308, 355). As muitas famílias que vieram para a região em busca de terras férteis trouxeram seus cativos e maquinários. Dentre estes, podem-se destacar o capitão José Tavares de Brum, Joaquim Marcelino da Silva Lima – futuro Barão de Itapemirim, o Comendador João Nepomuceno Gomes Bittencourt, além das famílias Quintaes, Bello, Pessanha, Moreira, Pinheiro e Póvoa (MORENO, 2016, p.32).

Essa imigração mineira fluminense e paulista trouxe consigo o cultivo do café, principal produto exportado no Brasil no século XIX. Além disso, houve nítido crescimento populacional na região, onde se criaram condições favoráveis para a emancipação administrativa. Através do Alvará nº. 55, de 27 de junho de 1815, a Freguesia foi elevada à categoria de Vila, com o nome de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim. O ato foi posto em prática em 9 de agosto de 1816, com a instalação da Câmara Municipal e do Pelourinho. “Tomaram posse os Juízes Ordinários José da Costa Guimarães, como presidente e o Tenente Luiz José Moreira [...]. Assumiram também os vereadores Manoel Joaquim de Oliveira e Costa, José Antônio Pessanha, João Guimarães Vianna e José da Silva Quintaes, este Procurador da Casa” (MORENO, 2016, p.33).

Em 1834, o então Juiz de Paz de Itapemirim, Francisco de Paula Gomes Bittencourt realizou o levantamento da população de Itapemirim - a “Lista Nominal da População de Itapemirim em 1833.” A lista traz o nome dos 2.937 habitantes da Vila que se dividiram em 303 fogos, além das informações sobre cor, estado civil, idade, profissão e nacionalidade da população. No campo das observações são apresentados os bens de cada família. Pelo do documento se pode estimar como era a Vila de Itapemirim nas primeiras décadas do século XIX e nos primeiros anos de emancipação política.

O primeiro dado a ser observado diz respeito às estruturas de posse dos cativos. Dos 303 fogos, 96 possuíam um ou mais escravos, ou seja, 32% das residências. Dos 96 fogos com cativos, 56,2% fogos possuíam de um a cinco escravos. Dados semelhantes foram encontrados em Vitória entre 1850-1859 (RIBEIRO, 2012, p.61), onde 52,9% dos proprietários da capital capixaba possuíam de um a cinco cativos. Enquanto em Itapemirim 23,6% das posses tinham mais de 20 escravos, em Vitória apenas 5,8% possuía escravaria desse tamanho. Isso revela que os plantéis de Itapemirim eram formados por quantidade expressiva de escravos. Acrescente-se que sete dessas escravarias contavam 50 cativos ou mais e duas com mais de 100 escravos.

**Tabela 8.** Estrutura da Posse de Escravos em Itapemirim-ES(1833)

Quantidade de Cativos	Nº de Proprietários	(%)
De 1 a 5	54	56,2
De 6 a 10	13	13,5
De 11 a 20	8	8,3
De 21 a 30	5	5,2
De 31 a 40	2	2
De 41 a 50	7	7,2
De 51 a 100	7	7,2
Acima de 100	2	2
Total de Propriedades com cativos	96	32
Fogos sem cativos	204	67
Ilegível	3	1

Fonte: Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.

A Tabela 9 traz os nomes dos maiores proprietários de escravos de Itapemirim em 1833.

**Tabela 9.** Lista dos Maiores de Proprietários de Escravos em Itapemirim-ES (1833)

Proprietários	N. de escravos
Joaquim Marcelino da Silva Lima	304
Thomazia da Silva Medella	107
Joaquim José Alves Silva	91
Manoel da Costa Pereira	85
José Bello de Araújo	81
Ignácio de Accioli Vasconcellos	69
Heliodoro Gomes Pinheiro	55
Francisco de Salles	51
Caetano Dias da Silva	50
Josefa Moreira Borges	49

Fonte: Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.

D. Thomazia da Silva Medella, a segunda maior proprietária de escravos com 107 cativos, havia sido casada com o Capitão Tavares Brum, um dos primeiros fazendeiros a migrar para a região. Brum adquiriu a Fazendinha na margem sul do rio Itapemirim e possuía outra fazenda denominada São José, depois chamada de Cutia (MARINS, 1920, p.211). Esta última fazenda foi herdada por ela após a morte de seu marido e era uma das maiores propriedades de Itapemirim em 1833. A fazenda possuía fábrica de açúcar e de farinha. Além da Fazenda Cotia, segundo a Lista de 1833, também possuía um sítio, propriedades na Vila e em diferentes lugares. Anos mais tarde casou-se com o Tenente Luiz José Moreira. Este se tornou um dos principais fazendeiros daquela época.

O principal fazendeiro de Itapemirim, sem dúvidas, foi Joaquim Marcelino da Silva Lima, Sargento Morque, em 1846, recebeu o título de Barão de Itapemirim. Era paulista e veio para o Espírito Santo, em 1802 ainda menino com seus pais. Nesse período a família se instalou em Benevente e formou o engenho de açúcar “Três Barras” (ROCHA, 1966, p.42). Casou-se com D. Francisca do Amaral e Silva em primeiras núpcias. Ao ficar viúvo, casou-se com D. Leocádia, filha do Capitão Tavares Brum e mudou-se de Benevente para Itapemirim. Era Comendador da Ordem de Cristo, Oficial da Ordem da Rosa, tinha honras de Brigadeiro, por ter sido Diretor Geral dos Índios Purys do Aldeamento Imperial Afonsino (MARINS, 190, p.211-212). Oliveira (2008, p.355) o destaca como exemplar caso de bandeirante do século XIX.

Era dono das fazendas Fazendinha e Queimada, que eram anexas e se localizavam na Barra do Itapemirim, além das fazendas do Ouvidor, do Morro Grande, do Bananal, de Fruteira do Norte e da célebre fazenda Muqui. Esta última, adquirida em 1827, serviu como sua residência onde edificou suntuoso palacete e capela dedicada a Santo Antônio. O Barão, segundo Marins, possuía mais de 400 cativos (MARINS, 1920, p.212214). No mapa de 1833 identifica-se que Silva Lima tinha 304 escravizados e a Fazenda Muqui, caracterizando-o como o maior proprietário de cativos da região. Naquela propriedade havia engenho de açúcar e cachaça, e entre os animais da fazenda encontrava-se um urso panda.

Seus principais rivais eram os Gomes Bittencourt, também conhecidos como “moços da Areia”. Os Areia, como eram conhecidos, vangloriavam-se por terem chegado a Itapemirim antes do Barão, já que Francisco Gomes Coelho da Costa, patriarca da família, solicita sesmaria em 1807, alegando que a família ocupava essas terras a mais de 50 anos (MARINS, 1920, p.204). Os principais membros da família eram: Comendador João Nepomuceno Gomes Bittencourt, dono das fazendas Areias e Coroa da Onça; Major Francisco de Paula Gomes Bittencourt, proprietário das fazendas Vermelho e Cerejeira; Tenente Heliodoro Gomes Pinheiro, proprietário da Fazenda Rumo e o sexto maior proprietário de cativos em 1833; e o Capitão José Gomes Pinheiro, dono da Fazenda Ouvidor do Norte, além das irmãs Izabel, casada com o Capitão José Barbosa Meirelles, dono da fazenda Guaranhum, na Serra; e Rachel, casada com o Major Caetano Dias da Silva, nono maior dono de escravos da Lista Nominal, proprietário das fazendas Limão (MARINS, 1920, p.214-216) e Pau d’Alho (ROCHA, 2008, p.239) e fundador da colônia de Rio Novo.

Em 1833 a Fazenda Areia era propriedade de Manoel da Costa Pereira, que residia em Campos, era administrada por José Gomes Pinheiro, um dos “moços da Areia”. A propriedade possuía 85 cativos, engenho de açúcar e uma olaria. Outro deste grupo, em 1833, era Heliodoro Gomes Pinheiro, que ainda não possuía nenhuma fazenda, mas era dono de 55 escravos. Caetano Dias da Silva, cunhado dos Gomes Bittencourt, era solteiro em 1833, mas se sobressaía como um dos grandes proprietários de escravos da época, com 50 cativos. Das fazendas citadas por Marins (1920, p.214-216), possuía em 1833 apenas a Limão.

Politicamente os Gomes Bittencourt se destacavam no município enquanto o Barão possuía prestígio provincial. Entre os anos de 1843-1858 o Barão ocupou o cargo de vice-presidente provincial por oito vezes consecutivas e assumiu a presidência da província em dois períodos, entre 1852-1853 e em 1857 (DAEMON, 2010, p.362, 378, 386, 393, 398, 546, 548, 552). Também foi vereador (ROCHA, 1966, p.44) deputado provincial por quatro mandatos e presidente da Assembleia Legislativa Provincial em 1853 (DAEMON, 2010, p.372, 379-380, 384-385). Já o Comendador João Nepomuceno, desafeto do Barão de Itapemirim, tinha mais prestígio no município (MARINS, 1920, p.216). Foi deputado provincial por quatro mandatos e terceiro vice-presidente provincial (DAEMON, 2010, p. 348, 355, 390, 405, 474, 491, 547, 551), além de ocupar por vezes o cargo de Vereador (MORENO, 2016, p.96-97).

Apesar da rivalidade, a elite de Itapemirim, quando convinha, se unia em acordos e até casamentos. João Fragoso (2010), ao analisar a origem da elite carioca, observou que este grupo mantinha sua hegemonia por meio do matrimônio, pois optava por “pares sociais” para efetivar suas alianças políticas. Em Itapemirim as alianças políticas eram sacramentadas pelas uniões nupciais entre os membros da elite.

As filhas do Barão de Itapemirim casaram-se com importantes fazendeiros capixabas: Claudina, filha de seu primeiro casamento, casou-se com o Coronel Ignácio Pereira Duarte Carneiro, dono da fazenda do Borba, em Viana; Leocádia se uniu em matrimônio ao Dr. Joaquim Antônio de Oliveira Seabra, proprietário da fazenda Morro Grande; Thomázia casou-se com o Major Antônio Rodrigues da Cunha, o Barão de

Aymorés, fazendeiro em São Mateus; Izabel uniu-se em casamento ao advogado José Feliciano Horta de Araújo; e Maria, com o Capitão José Gomes Pinheiro, da família dos Areias, dono da fazenda Ouvidor do Norte (MARINS, 1920, p.212).

Outros fazendeiros importantes foram D. Anna Tavares e José Bello de Araújo, donos da Fazenda Cardoso, em 1833. Possuíam 81 escravos, engenho de açúcar e fábrica de aguardente. Também eram donos da fazenda Boa Vista, adquirida anos depois, uma das mais importantes do município por sua produção de aguardente e açúcar. Paineiras, uma das principais da região que deu origem à fazenda com mesmo nome anos mais tarde, em 1833, pertencia a Francisco de Salles. Havia engenho de fabricar açúcar e cachaça e 51 escravos. A fazenda foi adquirida por Joaquim José Alves Silva e deixada por herança ao seu genro Luiz Moreira da Silva Lima e sua filha Rita, posteriormente (MARINS, 1920, p.216-217).

Joaquim José Alves Silva, que adquiriu a Fazenda Paineiras, era dono da Fazenda Brejo Grande e da Fazenda Ribeira em 1833, e o terceiro maior proprietário de cativos da região, somado os trabalhadores das duas propriedades. Por residir em Campos, a fazenda Brejo Grande era administrada por Francisco José Alves Silva, que possuía além de 51 escravos, engenho de açúcar e aguardente. Já na Fazenda Ribeira, havia 40 cativos e fábrica de açúcar. Segundo Marins, além dessas duas fazendas, era dono das fazendas Lancha, Barra Seca, Araçã, Poço Grande, Paineiras, Coqueiro, Ayrizes, Cancan e Laranjeira, que foram deixadas de herança aos seus filhos, importantes fazendeiros da região.

A Fazenda Barra Seca pertencia à D. Maria Magdalena em 1833. Havia nela engenho de açúcar e 32 escravos. Outra propriedade de destaque em 1833 foi a Fazenda Carreira Comprida, que pertencia a Ignácio de Accioli Vasconcellos, primeiro presidente da província e outro grande proprietário de escravos, com 69 cativos. Além da fazenda, Accioli também tinha terras aforadas à Câmara Municipal. Também aparece na Lista Nominal de 1833 a Fazenda Colheres, que pertencia à dona Josefa Moreira Borges, com 49 escravos, fábrica de açúcar e cachaça. Outra fazenda que se destacava era a Safra, patrimônio de D. Josepha Souto e seu esposo Joaquim Bello de Araújo. Também merece destaque a fazenda Muribeca, terras que pertenceram aos jesuítas no início da colonização até a expulsão dos religiosos, e era propriedade de Antônio José da Silva Tinoco.

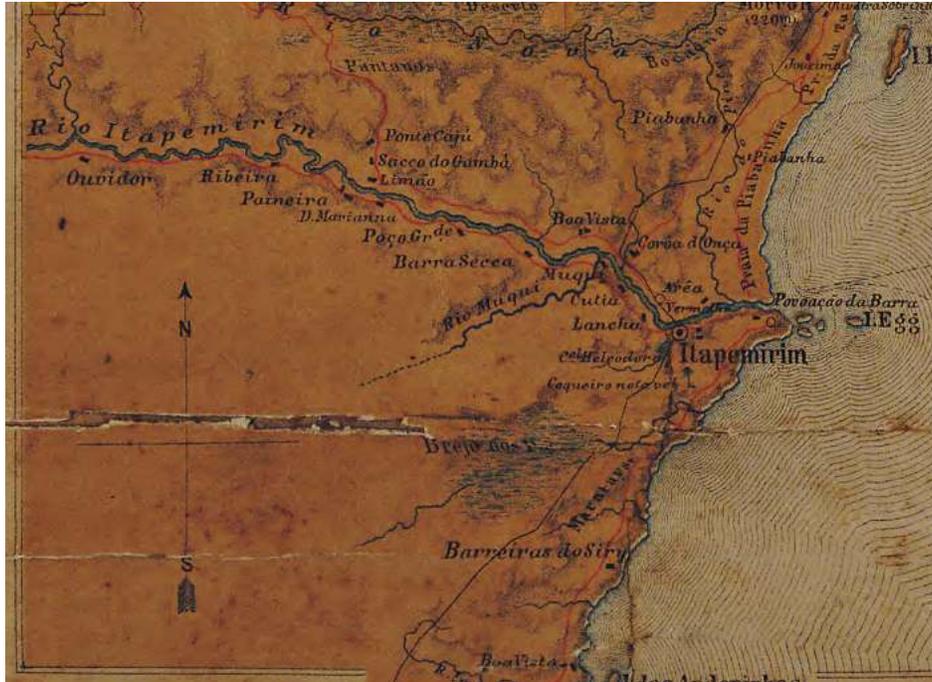
**Mapa 4.** Fazendas de Itapemirim-ES (1870)



Fonte: RAINVILLE, César de. Mapa do sul e do centro da província do Espírito Santo levantada em oito anos de medições consecutivas. Arquivo Nacional, 1870.

As grandiosas fazendas não retratam fielmente a população de Itapemirim do século XIX. A situação de terras e moradia de grande parte da população era precária. De acordo com a Lista Nominal de 1833, 183 moradores (60%) possuíam algum tipo de situação em terras, que podiam ser próprias, de favor ou foreiras. A Tabela 10 apresenta os tipos de propriedade dos moradores itapemirinese.

**Mapa 5.** Fazendas de Itapemirim-ES (1878)



Fonte: CINTRA, Coelho; RIVIERRE, Carlos. *Planta da parte da província do Espírito Santo em que estão compreendidas as colônias*. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro - Unidade de Federação-Rio de Janeiro – Brasil, 1878.

**Tabela 10.** Tipos de Propriedades de Terras de Itapemirim-ES(1833)

Tipo de Propriedade	Quantidade	%
Lavouras em terras foreiras	90	49,2
Lavouras em terras próprias	38	20,8
Braças de terras, lavouras e cercados sem especificação de posse	31	17
Fazendas e situações de terra	14	7,5
Lavouras em terras de favor	10	5,5
Total de Propriedades	183	100

Fonte: Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.

Quase metade dos proprietários de lavouras em Itapemirim, cerca de 49,2%, não possuía terras próprias e as lavouras estavam em terras foreiras. As fazendas representavam apenas 7,5% das propriedades e as lavouras em terras próprias eram 20,8%. Esses dados revelam a desigualdade na distribuição de terras e sua enorme concentração nas mãos de uma elite, já que, além da maioria da população ocupar terra foreira ou de favor, 5,5% dos moradores possuem lavouras em terras de favor. Também se consegue perceber essa disparidade social pelo tipo de moradia que os habitantes possuíam, conforme demonstra a Tabela 11:

**Tabela 11.** Tipos de Moradia de Itapemirim-ES (1833)

<b>Tipo de Propriedade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Casa de Palha	225	78,5
Casa de Telha	44	15,5
Casa de Vivenda	8	3
Prédio Rústico	6	2
Casa sem especificação	4	1
Total de Moradias	287	100
Não possuem bens/ Ilegível	16	---

Fonte: Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.

Conforme mostra a tabela, 78,5% dos moradores de Itapemirim habitavam em casas de palha, que podiam estar em terras próprias, de favor ou foreiras. Além disso, 48 moradores foram designados com residências na Vila, e 9 famílias moravam em casas de aluguel. Somando o número das casas de telha, prédios rústicos e casas de vivenda, 20,5% da população viviam nesse tipo de moradia, que, aparentemente, eram casas mais caras e mais seguras.

Os dados acima deixam clara a desigualdade existente em Itapemirim: enquanto a elite local desfrutava da maior quantidade de terras e possuía grandes fazendas e número expressivo de escravos, a maioria da população não possuía terras. Cerca de 54,7% dos habitantes tinham lavouras em terras foreiras ou de favor. A historiografia, porém, contempla na maioria dos relatos as grandes fazendas. Ao longo do Oitocentos, Itapemirim desfrutou de prestígio e riquezas e, mesmo com o açúcar perdendo valor e espaço para o café, a região permaneceu economicamente rica e produtiva, como será observado a seguir.

#### **4. A Economia de Itapemirinese**

Itapemirim, como todas as regiões colonizadas na capitania do Espírito Santo, desenvolveu lavouras de cana-de-açúcar. A Fazendinha, primeira fazenda da região, era cercada por canaviais que foram ampliados após a efetiva colonização no final do século XVIII (MORENO, 2016, p.20-22). O surto cafeeiro ocorrido no Espírito Santo, principalmente na região sul, fez com que muitos fazendeiros de Itapemirim substituíssem o açúcar pelo novo cultivo. No Alto Itapemirim, especialmente nas freguesias novas como as de São Pedro de Cachoeiro de Itapemirim, Nossa Senhora da Conceição do Alegre e São José do Veado (atual Guaçuí), o cultivo do café obteve maior sucesso que na faixa litorânea. Aos poucos, aqueles que haviam mudado de cultivo, no Baixo Itapemirim, retornaram ao cultivo da cana (ROCHA, COSSETTI, 1983, p.35).

A Lista Nominal da População de Itapemirim contém aspectos econômicos da região no ano de 1833. Como demonstrado, 60% dos (183) moradores possuíam algum tipo de lavoura ou cercado em terras. Mas, havia outras atividades econômicas na região. A Tabela 12 apresenta as atividades econômicas de Itapemirim presentes na Lista Nominal de 1833, além das lavouras, já analisadas. No total contavam-se 55 empreendimentos econômicos, sendo que 31% (17) dos mesmos eram fábricas de açúcar e aguardente. Além dessas, havia uma fábrica de farinha.

Os outros empreendimentos encontrados em maior quantidade foram as embarcações destinadas tanto à pesca quanto ao transporte de passageiros, que representavam 11% (6) e as Lojas de Fazenda e Negócios de Fazenda Seca - 11%. Ao todo foram descritas 21 lojas comerciais (38%) que além das Lojas de Fazenda,

contavam com Lojas de Secos e Molhados/ Negócio de Molhados (9%), Negócio de Varejo (3,5%), e outros empreendimentos. Destaque para o comércio de adereços chineses que pertencia a Francisco Dias Carneiro. O grande número de comércios e negócios encontrados demonstra a intensa atividade econômica de Itapemirim.

**Tabela 12.** Atividades Econômicas de Itapemirim-ES (1833)

<b>Atividade Econômica</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Engenhos/ Fábrica de Açúcar e Aguardente	17	31
Embarcação (viagem e pesca)	6	11
Loja de Fazenda/ Negócio de Fazendas Secas	6	11
Secos e Molhados/ Negócio de Molhados	5	9
Olaria	3	5,5
Negócios com casas de aluguel	3	5,5
Loja de Ofício	3	5,5
Negócio de Varejo	2	3,5
Casa de Negócio	1	1,8
Peixaria	1	1,8
Taberna	1	1,8
Negócio volante	1	1,8
Comércio de adereços chineses	1	1,8
Ferraria	1	1,8
Padaria	1	1,8
Loja de Ferreiro	1	1,8
Loja de Marinheiro	1	1,8
Fábrica de Farinha	1	1,8
<b>Total de Atividades Econômicas</b>	<b>55</b>	<b>100</b>

Fonte: Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.

O predomínio das atividades agrícolas na região, demonstrado pelas fazendas e lavouras (60%) e pelos engenhos e fábricas de açúcar e aguardente comprovam o destaque que Itapemirim possuía no período analisado. De certo, a região sul capixaba abasteceu o Espírito Santo com açúcar e aguardente ao longo do século XIX, além de exportar esses produtos para o Rio de Janeiro. Em 23 de maio de 1847, o Presidente da Província do Espírito Santo Doutor Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, fez o seguinte comentário sobre as lavouras de Itapemirim:

A cultura da canna de assucar é também n'este município um dos gêneros principais da cultura que prospera visivelmente, a ponto de existirem ali já 14 engenhos bem montados, sendo quatro movidos por vapor. A par d'elle o café, cuja plantação começou poucos annos, tendo até hoje dado bem fundadas esperanças de tornar-se um dos mais importantes ramos de exploração. Cultivão alguns lavradores também, mas em menor escalla, o algodão e o fumo, a que se presta o terreno, bem como aos gêneros de primeira necessidade, em que igualmente se empregarão,

pouco além do que é suficiente para as necessidades do município, sendo portanto, pequena a exportação de taes gêneros (RELATÓRIO, 1847, p.63).

Como se pode perceber, em 1847 o café era apenas uma “esperança” para a economia capixaba. No período, o açúcar ainda era o principal produto e Itapemirim se destacava por suas prósperas lavouras e seus engenhos movidos a vapor. Além dos dois cultivos, café e cana, havia o plantio do algodão e do fumo e serralherias que exportavam madeira. Em outro relatório, este realizado em 1849, Dr. Antônio Pereira Pinto exaltou os lavradores de Itapemirim que comercializam direto com o Rio de Janeiro. Segundo ele o comércio favorecia as lavouras, pois evitava que os produtos ficassem encalhados. “No município de Itapemirim, porém, já não se dão estes inconvenientes, quer o café, quer o assucar são directamente exportados para o Rio, pelos productores, e por isso n’essa parte da província se encontrão já magníficas fazendas” (RELATÓRIO, 1849, p.10). Para Pereira Pinto, tão importante quanto produzir era exportar.

Itapemirim constituía-se, portanto, na região da província que estava mais ligada à capital imperial. Essa proximidade com o Rio de Janeiro, porém, não era lucrativa para o Espírito Santo, ao contrário do que dizia o presidente provincial Pereira Pinto. O lucro com a produção não permanecia em terras capixabas, mas sim com os comerciantes cariocas (ROCHA, COSSETTI, 1983, p.31). No entanto, para a vila do Itapemirim a exportação de café pelo seu porto na foz do Itapemirim conferia destaque à localidade, que acabava por se transformar em um importante entreposto de produtos agrícolas para o Rio de Janeiro. O comércio entre Rio de Janeiro e Itapemirim era deficitário até 1857, quando o Barão de Itapemirim solicitou à Câmara Municipal a edificação de um Trapiche na Barra (MORENO, 2016, p.86). Antes disso, em relatórios de presidentes provinciais, se reclamava da ausência de um local apropriado para a realização das transações comerciais no Porto de Itapemirim. Em fala realizada pelo presidente José Joaquim Machado d’Oliveira em 1º de abril de 1841, relatou-se:

O Administrador da Mesa de Rendas da Villa de Itapemirim tem-me representado, que experimentando-se alli não pequeno prejuízo nas mesmas Rendas por causa da maneira por que até agora se tem feito exportar os gêneros de producção do Paiz, tem fundamento para pensar que se obviará esse prejuízo levantando-se em lugar adequado huma pequena casa (cuja despesa calcula em 300\$rs.) onde se possam recolher os gêneros que tem de embarcar por exportação havendo meios para serem pesados; e como me pareça esta medida vantajosa, e mesmo indispensável; a apresento ao vosso conhecimento para deliberardes como vos aprouver; ajuntando aqui a referida representação para que mais bem conhecaes as razões, em que se baseaaquelle Administrador para semelhante exigência (RELATÓRIO, 1841, p.36-37).

Sete anos depois, em outro relatório, o presidente provincial doutor Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, em primeiro de março de 1848, voltou a criticar a falta de um prédio destinado ao comércio das mercadorias no porto. A reivindicação era antiga e, por conta disso, ele a considerava importante. “O administrador da mesa de rendas de Itapemirim insiste na necessidade de edificar-se no porto d’essa villa um armazém apropriado, onde se recolhão certos generos afim de serem mais exacta e commodamente conferidos” (RELATÓRIO, 1848, p.32).

De certo que a separação entre Itapemirim e Cachoeiro gerou queda econômica para aquele município. No relatório que o vice-presidente, Dr. Eduardo Pindahiba de Mattos, apresentou em 1864, descreveu-se o declínio das lavouras de cana itapemirinsenses, que competia com Campos na exportação de açúcar em anos anteriores, mas que havia estacionado sua produção. Já o alto Itapemirim prosperava com o cultivo do café, que era a única fonte de riqueza pública da província, de acordo com suas análises (RELATÓRIO, 1864, p.91).

O município de Itapemirim continuava a produzir açúcar, ainda que este produto não apresentasse o mesmo lucro que obtivera no passado. Além disso, na Barra se localizava o Porto do Itapemirim, responsável pela exportação das mercadorias produzidas na região, principalmente o açúcar e o café.

O porto marítimo mais importante do sul da costa era o de Itapemirim [...]. A importância do Porto de Itapemirim derivava de dois fatores fundamentais para o comércio da época: primeiro, a sua localização em uma região grande produtora de café; segundo a proximidade do Rio de Janeiro. Deve-se observar que os exportadores remetiam o café para o Rio de Janeiro, de onde era embarcado para o exterior (HESS, FRANCO, 2005, p.34).

Pelo porto, eram exportadas as mercadorias produzidas na região e outros produtos eram importados. O Rio Itapemirim afigurava-se importante para a irrigação das lavouras de cana e café, que se localizavam em suas margens, e também como via de transporte de mercadorias da região cafeeira para o porto. Para Moreno,

O Rio Itapemirim foi, sem dúvida, um dos elementos mais importantes dentro do contexto econômico da ocupação e desenvolvimento econômico do sul do Espírito Santo. Elo entre o interior e o litoral, o rio funcionava até as primeiras décadas do século XX, como uma estrada fluvial, por onde escoada a produção de gêneros agrícolas como café, cebola, seda, algodão e também o açúcar produzido nas baixadas próximas à foz (MORENO, 2016, p.85-86).

Em relatório apresentado em 1852 o presidente da província José Bonifácio Nascentes d’Azambuja demonstrou os valores importados pelos portos de Vitória e Itapemirim nos anos de 1850 e 1851, conforme apresenta a tabela 13.

**Tabela 13.** Artigos Importados pelos Portos de Vitória e Itapemirim(1850-1851)

Cidade	Gêneros Nacionais		Gêneros Internacionais	
	Artigos	Valores	Artigos	Valores
Vitória	107	112.205\$770	79	182.483\$190
Itapemirim	45	21.080\$400	67	81:998\$680

Fonte: ESPIRITO SANTO, 1852, Mapa 10.

Itapemirim importou ao todo 112 produtos, sendo a maioria de gêneros internacionais. Já o Porto de Vitória importou 186 mercadorias e a maioria era nacional. Isso revela que Itapemirim consumia quantidade expressiva de mercadorias importadas, apesar de não haver descrição dos produtos. O porto também era responsável por levar a outros portos nacionais as mercadorias que eram produzidas na região. No mesmo relatório, o presidente d’Azambuja descreve os produtos exportados por Itapemirim no ano de 1851.

**Tabela 14.** Valores dos Produtos Exportados Pelo Porto de Itapemirim-ES (1851)

Produto	Itapemirim	Espírito Santo	%
Café	24:216\$600	206:643\$700	11
Açúcar	59:692\$820	108:100\$860	55
Madeira	266\$770	32:228\$490	1
Algodão	18\$800	4:470\$090	8
Aguardente	3:181\$200	3:181\$200	100
Mantimentos	763\$100	68:244\$940	1
Total	88:138\$090	423:719\$920	21

Fonte: ESPIRITO SANTO, 1852.

Em 1851 Itapemirim era responsável por 11 % da exportação de café na província, embora, seu cultivo apenas estivesse iniciando na região. Em relação à exportação dos derivados da cana, a região vendia 55 % do açúcar e 100 % da aguardente provincial. No total foram exportados 21 % do valor geral da província, aproximadamente 88 contos de réis. Em outro relatório apresentado em 1862, o presidente provincial, Pereira Junior, apresentou quadro comparativo da exportação de produtos entre os anos de 1857-1861. Já em 1864, o presidente Pindahiba de Mattos noticiou os mesmos dados, porém, referentes aos anos de 1862 e 1863. A Tabela 15 apresenta os números oficiais, onde se pode fazer um comparativo entre os anos de 1857-1863.

**Tabela 15:** Produtos Exportados Pelo Porto de Itapemirim-ES(1857-1863)

<b>1857*</b>	Café (arroubas)	23,287	156,883	14,2
	Açúcar (arroubas)	15,401	24,474	62,9
	Algodão (arroubas)	146	1,466	9,9
	Mantimentos (alqueires)	10,195	219,174	2,2
	Aguardente (medidas)	9,720	9,960	97,5
	Couros (número)	53	862	6,1
	Toucinho (arroubas)	32	32	100
Total arrecadado		8:582\$772	58:383\$491	14,7
<b>1858*</b>	Café (arroubas)	28,339	151,227	18,7
	Açúcar (arroubas)	27,562.15	43,232.22	63,7
	Algodão (arroubas)	404	1,699.8	23,7
	Mantimentos (alqueires)	3,865	125,640	3,0
	Aguardente (medidas)	30,600	31,320	97,7
	Couros (número)	101	837	12,0
	Total arrecadado	9:697\$710	38:709\$428	25,0
<b>1859*</b>	Café (arroubas)	46,770.23	154,703.23	30,2
	Açúcar (arroubas)	25,063.14	42,606.23	58,8
	Mantimentos (alqueires)	7,968	174,579	4,5
	Aguardente (medidas)	32,100	32,100	100
	Couros (número)	87	742	11,7
	Total arrecadado	14:536\$240	62:007\$205	23,4
<b>1860*</b>	Café (arroubas)	79,991.10	213,815.10	37,4
	Açúcar (arroubas)	21,986	30,451.16	72,2
	Algodão (arroubas)	25	1,479	1,6
	Mantimentos (alqueires)	5,149	149,581	3,4
	Aguardente (medidas)	24,138	24,138	100
	Couros (número)	120	756	15,8

Continua na próxima página

**Tabela 15:** Produtos Exportados Pelo Porto de Itapemirim-ES(1857-1863)  
(Cont.)

	Toucinho (arroubas)	32	53	60,3
	Total arrecadado	25:445\$600	83:447\$094	30,4
<b>1861*</b>	Café (arroubas)	62,813.2	223,806.12	28,0
	Açúcar (arroubas)	18,827	21,843.12	86,1
	Mantimentos (alqueires)	3.894	105,888	3,6
	Aguardente (medidas)	4,810	5,090	94,4
	Couros (número)	92	446	20,6
	Total arrecadado	21:405\$145	70:867\$504	30,2
	<b>1862**</b>	Café (arroubas)	59,621	229,447
Açúcar (arroubas)		18,170	30,006	60,5
Algodão (arroubas)		140	1,745	8,0
Mantimentos (alqueires)		3,681	143,490	2,5
Aguardente (medidas)		36	46	78,2
Couros (número)		29	246	11,7
Valores Oficiais		386:196\$866	1.481:254\$115	26,0
<b>1863**</b>	Café (arroubas)	37,561	139,341	26,9
	Açúcar (arroubas)	20,541	32,458	63,2
	Algodão (arroubas)	102	4,597	2,2
	Mantimentos (alqueires)	3,599	203,929	1,7
	Aguardente (medidas)	3,600	6,120	58,8
	Couros (número)	22	323	6,8
	Valores Oficiais	260:764\$000	1.140:517\$882	22,8

\* O Relatório que traz os dados referentes aos anos de 1857-1861, apresenta no final da descrição dos produtos e valores o Total Arrecadado pelos mesmos.

\*\* Já no Relatório referente aos anos de 1862-1863 apresenta no final da descrição dos produtos os Valores Arrecadados. Por conta disso a tabela apresenta essa diferença.

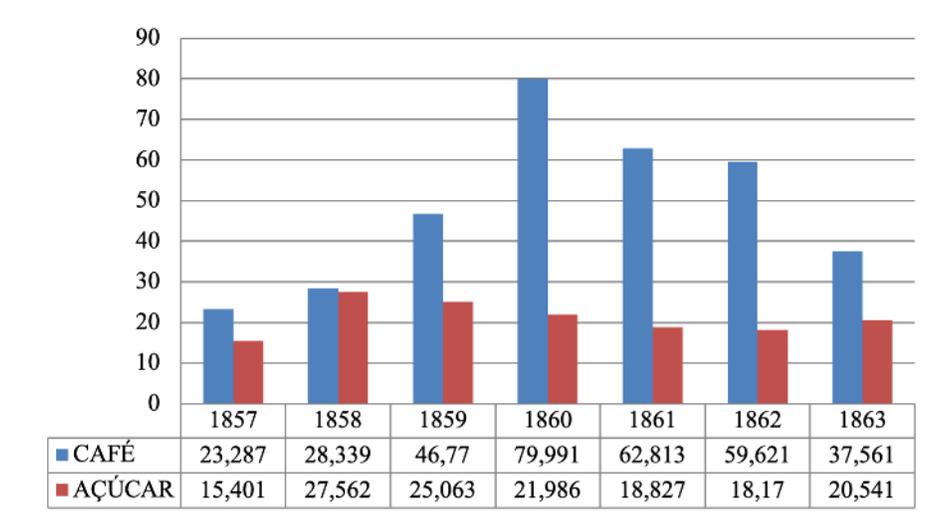
*Fonte:* ESPIRITO SANTO, 1862, p. 83-85; 1864, mapas 92, 93 e 96.

Entre os anos de 1857 a 1863 Itapemirim foi responsável por grande parte da exportação de mercadorias da Província. Apenas o Porto de Vitória exportava quantidade maior de mercadorias que o Porto de Itapemirim. O café assumiu a liderança da produção e das vendas na região: enquanto que em 1851, no início do surto cafeeiro na província, apenas 11 % dos valores exportados referiam-se ao café, em 1860, quase uma década depois, as vendas do café produzido no Vale do Itapemirim representavam 37,4 % dos valores totais da província. Ainda assim, Itapemirim produzia e exportava a maior parte do açúcar e da aguardente.

O ano de 1860 merece destaque por representar o ápice da produção cafeeira descrita nos documentos.

Cerca de 37,4% de todo café exportado pelo Espírito Santo foi vendido através do Porto de Itapemirim. Já o ano de 1861 foi importante para a exportação do açúcar da região, que representou 86,1% do total comercializado pela província. Nos anos mencionados os valores arrecadados pelo Porto de Itapemirim representaram 30,4% e 30,2% do total das exportações da Província, que representa aumento significativo se comparado ano de 1851, quando o total vendido representou 21% das exportações da província. O Gráfico 1 apresenta comparativo da quantidade de café e de açúcar exportados nos referidos anos.

**Gráfico 5.** Comparação da Quantidade de Café e Açúcar Exportados pelo Porto de Itapemirim-ES (1857-1863)



Fonte: ESPIRITO SANTO, 1862, p. 83-85; 1864, mapas 92, 93 e 96.

Durante os anos de 1857 e 1858 exportava-se quantidade parecida dos dois produtos. Mas, a partir do ano de 1859, o café se tornou a principal mercadoria vendida pelo Porto de Itapemirim, em quantidades muito superiores ao açúcar. Nas décadas seguintes, o café continuou a liderar as exportações de Itapemirim, sendo sempre seguido pelo açúcar. A Tabela 16 apresenta as mercadorias exportadas nos anos de 1873 e 1885, de acordo com os relatórios que foram apresentados pelos presidentes e vice-presidentes da Província.

**Tabela 16.** Produtos Exportados pelo Porto de Itapemirim-ES (1873 e 1885)

Produto	1873*			1885**		
	Itapemirim	Espírito Santo	%	Itapemirim	Espírito Santo	%
Café	141,645	306,406	46,2	3.296.044	10.592.887	31,1
Açúcar	12,144	17,410	69,7	61.905	162.345	38,1

Fonte: ESPIRITO SANTO, 1873, p. 34-37; 1885, p. 5-8.

\* Medidas em arrobas; \*\* Medidas em quilos.

Em 1873 a exportação de café na localidade de Itapemirim representou 46,2% do total do movimento da província. Já em 1886, essa quantidade diminuiu para 31,1%. Também houve forte queda na exportação de açúcar, que representava 69,7% do total efetuado pela província no primeiro ano citado, quando passou para 38,1% no ano de 1886. Ainda assim, se forem comparados os volumes apresentados nessa tabela com as tabelas 14 e 15, se perceberá que, com o passar dos anos, o café protagonizou as exportações do sul capixaba e assumiu o lugar que antes era do açúcar.

Pelos dados apresentados fica claro que Itapemirim teve seu principal produto de exportação substituído na segunda metade do século XIX. O café, como demonstrado, anteriormente, neste trabalho, tornou-se a mercadoria de maior valor na província, produzido principalmente no interior da região sul. Assim, entre as exportações de Itapemirim, o café foi o produto vendido em maior quantidade. Porém, não se deixou de produzir açúcar na região que, aliás, continuou sendo a maior produtora canavieira da província. O açúcar de Itapemirim abastecia a província e era enviado para outros lugares. Em muitas análises sobre a economia da Região Sul fica subtendido a interpretação de que, a partir da metade do Oitocentos a região só produziu café. Na realidade, o açúcar itapemirino continuou a ser fabricado e exportado, embora em segundo plano na economia provincial.

## 5. A Paisagem Humana de Itapemirim

A presença de cativos em Itapemirim é anterior à sua efetiva colonização, em fins do século XVIII. De acordo com Luciano Moreno (2016, p.57-59), a região servia de rota de fuga de alguns escravizados que formavam pequenos quilombos com o cultivo de subsistência e realizavam alguns assaltos aos povoados nas margens do Rio Itapemirim, o que causava pavor entre a população. Mas, com o desenvolvimento da região ocasionado pela imigração de fazendeiros mineiros, fluminenses, baianos e paulistas houve aumento significativo no número de habitantes, livres e escravizados na região.

Como demonstrado, as margens do Rio Itapemirim foram ocupadas por lavouras de cana-de-açúcar e café, aquela desde o século XVIII e esta a partir da segunda metade do século XIX. Com isso, a região possuía grande quantidade de cativos, que superou o número de habitantes livres em alguns períodos. Vilma Almada, ao estudar as escravarias de Cachoeiro, concluiu que “no Espírito Santo foi a região de Itapemirim [sul] aquela que majoritariamente desenvolveu uma economia do tipo “plantation” escravista” (ALMADA, 2016, p.88).

Entender a composição dessa população tão diferenciada é compreender importante página da historiografia capixaba. A próxima tabela apresenta os dados demográficos da população cativa e livre de Itapemirim ao longo do século XIX e os compara com as informações gerais sobre a província do Espírito Santo.

**Tabela 17.** População de Itapemirim e do Espírito Santo(1817-1872)

Ano	ESPÍRITO SANTO			ITAPEMIRIM					Total
	Livres	Escravos	Total	Livres	%	Escravos	%	% em relação aos escravos da província	
1817	_____	_____	24.585	_____	—	_____	—	_____	2.025
1818	_____	_____	25.960	_____	—	_____	—	_____	2.025
1824	22.165	13.188	35.353	1.184	51	1.148	49	8,7	2.332
1827	22.931	12.948	35.879	797	44	1.038	56	8	1.835
1833	_____	_____	27.916	1.360	46	1.596	54	_____	2.937
1839	16.847	9.233	26.080	852	34	1.635	66	17,7	2.487
1843	21.122	10.376	32.720	1.825	45	2.109	55	20,3	3.984
1856	36.793	12.100	48.893	2.508	57	1.885	43	15,5	4.393
1857	36.823	12.269	49.092	_____	—	_____	—	_____	4.393
1861	42.217	18.485	60.702	4.493	51	4.315	49	23,3	8.843
1870	51.825	18.772	70.597	4.680	70	2.013	30	10,7	6.693
1872	59.478	22.659	82.137	6.808	68	2.873	32	12,7	9.881

Fonte: VASCONCELLOS, 1858; VASCONCELLOS, 1828; Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. LAGO, 2013, p. 39; ESPÍRITO SANTO, 1839, p. 18; 1844, p. 16; 1857, p. A-5, A-6, A-7; 1857, p. 9 e 10; 1862, p. 62-63; 1871, p. 137-140. Censo de 1872.

A quantidade de cativos em Itapemirim sempre foi elevada, conforme demonstra a tabela acima. Em 1839, o número de escravos correspondia a 66 % da população. Já os dados referentes aos anos de 1827 e 1843 demonstram que a quantidade de escravizados era maior que a de livre e correspondia a, respectivamente, 56 % e 55 % da população. Nesse último ano, a população escravizada de Itapemirim correspondia a 20,3 % da população escrava total da província, sendo superado apenas pelo ano de 1861, quando essa população representava 23,3 % dos escravos capixabas. Os anos em que houve queda no número de cativos, 1870 e 1872, a quantidade correspondia a 30 % e 32 % da população respectivamente. Sobre essa queda, Luciano Moreno apresenta alguns fatores:

- 1) Crise da comercialização de açúcar no mercado externo, criando muitas dificuldades econômicas para os engenhos da região. 2) O incentivo dado à imigração europeia, com a finalidade de “branqueamento” da população e para incrementar tanto a produção de café quanto à diversificação agrícola. 3) A perda em 1867, das regiões produtoras de café localizadas no sertão sulino capixaba, após a emancipação de Cachoeiro de Itapemirim (MORENO, 2016, p.59).

A queda no percentual livre/cativos não representou uma diminuição real no número de escravizados na região. Na segunda metade do século XIX a quantidade de escravos aumentou, encontrando o ápice em 1861, quando chegou a 4.315 ou 49 % da população. Nos anos seguintes a quantidade de cativos sofreu uma

queda significativa devido à emancipação política de Cachoeiro em 1864, mas ainda assim a quantidade de escravos era maior que na primeira metade do século. Em 1870 eram 2.013 (30%), em 1872, 2.873 (32%) e, em 1875, 2.335 escravos.

A tabela 17 indica dados gerais sobre a população livre e cativa de Itapemirim, mas não a esmiúça. Em alguns documentos a população é detalhada e pode-se observar as especificidades como a idade, o sexo e a cor, como na “*Memória Estatística da Província do Espírito Santo*”, escrita pelo ex-presidente da província Ignácio Accioli de Vasconcellos, que aponta dados demográficos dos anos de 1824 e 1827, a tabela 18 os apresenta.

Nesse período a população cativa de Itapemirim era formada por maioria de pretos. A quantidade de pardos cativos era pequena, o que comprova, como demonstrado, que havia pouca intensidade nas relações raciais, pelo menos na primeira metade do Oitocentos. Outro dado a ser observado é a proporção sexual nas escravarias. Em 1824, as escravarias itapemirinses eram formadas por 59,5% de homens e 40,5% de mulheres. Já em 1827 a proporção era maior: 54,5% dos cativos eram homens e 45,5%, mulheres. A desproporção sexual nas escravarias, analisada como um problema para a formação de famílias e possível motivo para revoltas, como observado neste trabalho, não ocorria com tanta intensidade em Itapemirim nos anos descritos na tabela. É importante lembrar que a década de 1820 está entre os primeiros anos da colonização da região.

**Tabela 18:** População de Itapemirim-ES detalhada nos anos de 1824, 1827, 1833 e 1872

	Homens	%	Mulheres	%	Crianças	%	Total	% Geral
<b>1824</b>	Branços	298	53	264	47	---	562	24
	Índios	102	48,5	108	51,5	---	210	9
	Pardos Livres	198	52	184	48	---	382	16,5
	Pretos Livres	12	40	18	60	---	30	1,5
	Pardos Cativos	16	64	9	36	---	25	1
	Pretos Cativos	665	59	458	41	---	1.123	48
	Total de Livres	610	51,5	574	48,5	---	1.184	51
	Total de Cativos	681	59,5	467	40,5	---	1.148	49
	Total	1.291	55,5	1.041	44,5	---	2.332	100
<b>1827</b>	Branços	172	50	174	50	---	346	19
	Índios	59	48	64	52	---	123	7
	Pardos Livres	135	46,5	155	53,5	---	290	16
	Pretos Livres	16	42	22	58	---	38	2
	Pardos Cativos	20	49	21	51	---	41	2
	Pretos Cativos	547	55	450	45	---	997	54
	Total de Livres	382	48	415	52	---	797	43,5
	Total de Cativos	567	54,5	471	45,5	---	1.038	56,5
	Total	949	52	886	48	---	1.835	100

Continua na próxima página

**Tabela 18:** População de Itapemirim-ES detalhada nos anos de 1824, 1827, 1833 e 1872 (Cont.)

	Branco	230	32,5	196	27,5	282	40	708	24
	Índios	27	26	36	34,5	41	39,5	104	4
	Pardos Livres	138	29	149	31	190	40	477	16
	Pretos Livres	16	46	15	43	4	11	35	1
	Pardos Cativos	26	47,5	13	23,5	16	29	55	2
<b>1833</b>	Pretos Cativos	801	52	545	35,5	195	12,5	1.541	52
	Escravos s/ Ident.	---	---	---	---	---	---	8	---
	Ilegível	---	---	---	---	---	---	8	---
	Chinês	---	---	---	---	---	---	1	---
	Total de Livres	411	30	396	29	517	38	1.360	46
	Total de Cativos	827	52	558	35	211	13	1.596	54
	Total	1.238	42	954	33	728	25	2.937	100
	Branco	2.036	47	2.019	46,5	281	6,5	4.336	44
	Pardos Livres	519	40,5	580	45,5	182	14	1.281	13
	Pretos Livres	221	45,5	217	45	46	9,5	484	5
	Caboclos Livres	482	68	181	25,5	44	6,5	707	7
<b>1872</b>	Pardos Cativos	281	32,5	503	58	81	9,5	865	9
	Pretos Cativos	900	45	990	49	118	6	2.008	21
	Total de Livres	3.258	48	2.997	44	553	8	6.808	70
	Total de Cativos	1.181	41	1.493	52	199	7	2.873	30
	Total	4.439	46	4.490	46	752	8	9.681	100

Fonte: VASCONCELLOS, 1828, p. K; Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833; Recenseamento Geral do Império de 1872.

A tabela revela que, nos anos da primeira metade da década de 1850 a quantidade de pretos cativos era grande em relação aos pardos, traço de uma comunidade com pouca miscigenação. Em 1824, os pretos cativos representavam 48% da população, enquanto que os pardos cativos eram 1% e os pardos livres 16,5%. Essa proporção entre pardos e pretos se repete nos anos de 1827 e 1833: os pretos cativos eram 54% e 52%, os pardos cativos eram 2% e os pardos livres eram 16%, respectivamente. Também se observa que a quantidade de brancos não chegava a ¼ da população total. Em 1824 eram 24%, em 1827 eram 19% e em 1833 eram 24%. Quanto aos livres de cor, formados por índios, pardos e pretos livres, representavam 27% em 1824, 25% em 1827 e 22% em 1833.

Havia quantitativo maior de homens, tanto livres, quanto escravos. Em 1824 eram 55,5% da população, enquanto as mulheres apenas 44,5%. Em 1827 eram 52% de homens e 48% de mulheres e em 1833, esses valores eram 42% e 33%, respectivamente (nesse ano a tabela apresenta a quantidade de crianças). Nos três primeiros anos, a desproporção sexual era maior entre os cativos do que entre os livres.

Quanto ao número de crianças referentes ao ano de 1833, estas representavam quantidade expressiva na população livre, branca ou de cor (38%). Já entre os escravizados, os infantes eram apenas 13%. Pode-se observar a preferência por cativos do sexo masculino, mais utilizados nas lavouras, conforme Florentino e Góes analisaram (FLORENTINO, GÓES, 1997, p.95). A desproporção entre os sexos também pode ser

explicação para o baixo índice de crianças cativas.

Quatro décadas depois as mulheres eram maioria e entre os cativos, representavam 52 % da população. O total de pretos, livres e cativos correspondia a ¼ dos habitantes e os pardos, livres e cativos, eram 22 % da população. Também havia os caboclos que representavam 7 % da população. No total 55 % dos habitantes livres ou cativos de Itapemirim eram de cor.

Boa parte da população de cor chegou a Itapemirim através do comércio transatlântico. A quantidade de africanos na população cativa sempre foi muito alta, até mesmo após o fim do tráfico. O Porto de Itapemirim recebeu navios que trouxeram cativos desde as primeiras décadas do século XIX. Antônio Marins cita notícia do Jornal S. João da Barra, de 1882, no qual se relata que o primeiro navio negreiro atracado em Itapemirim se chamava Paula e chegou ao porto em fevereiro de 1831. Era comandado pelo Capitão Caetano Dias da Silva e pelo piloto Herculano, que era baiano (MARINS, 1920, p.225). Dias da Silva era português e chegou ao Brasil em 1828, e desde então, empreendia viagens a Angola (PEREIRA, 2013, p.10).

Ao se compararem os dados sobre a população cativa nos anos de 1833, 1839 e 1872 se têm uma noção da quantidade de africanos que entraram na região. A Tabela 19 compara a quantidade de cativos nascidos no Brasil e os que vieram da África nestes anos.

**Tabela 19.** Naturalidade da População de Cativos de Itapemirim-ES nos anos de 1833, 1839 e 1872

Anos	Pardos Cativos		Cativos Naturais do Brasil		Cativos Naturais da África		Total de Cativos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1833	60	3	526	32	1.046	65	1.596	100
1839	42	2,5	567	34,5	1.026	63	1.635	100
1872	865	30	1.497	52	511	18	2.873	100

Fonte: Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833; LAGO, 2013, p. 39; Recenseamento Geral do Império de 1872.

Nos dois primeiros anos analisados percebe-se que a população de africanos em Itapemirim era elevada: 65 % em 1833 e 63 % em 1839. Já em 1872 este quantitativo diminuiu para 18 %, dado explicado pelo fim do tráfico em 1850. Ainda assim a população parda era minoria, se comparada aos descritos como “pretos”. Em 1872 os pardos cativos representavam 30 % da população cativa, menos de 1/3 da mesma. A miscigenação aumentou quando comparada aos anos da primeira metade, mas ainda era pequena quando observada a quantidade de pretos cativos nascidos no Brasil, que representavam 52 %.

Os africanos eram poucos em 1872, se comparados aos de cor nascidos no Brasil, mas eram muitos se comparados à outras regiões. Em Cachoeiro, por exemplo, a população de africanos cativos era de 409 pessoas, (10 %) e de africanos livres 13 pessoas (0,9 %). Já em Vitória, os africanos cativos eram apenas 36 pessoas (0,85 %) e os cativos livres que vieram da África 12 pessoas (1,2 %). A população de Itapemirim então foi formada por grande contingente africano, mesmo 22 anos após o fim do tráfico internacional de escravos. Aliás, a região foi uma das últimas a extinguirem esta prática (CENSO, 1872).

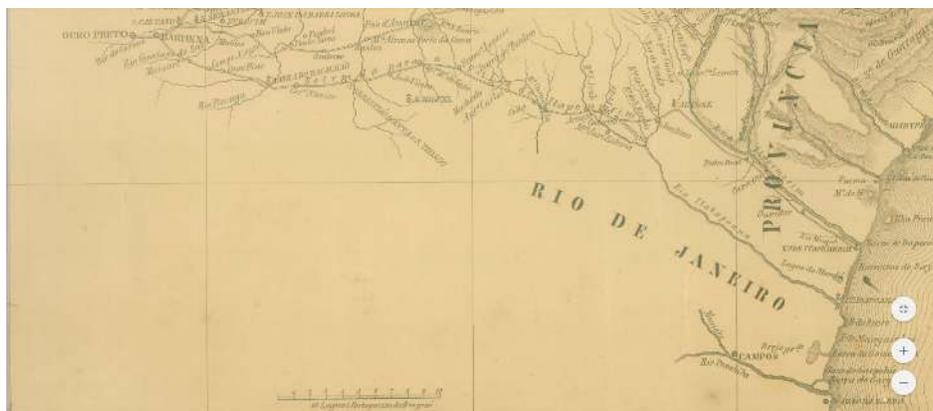
As incertezas do fim da importação de africanos tomavam conta das lavouras capixabas. O presidente da Província, Nascentes d’Azambuja, em 1852 discursou sobre o pânico relacionado ao assunto, além do que, o tráfico, segundo ele, representava atraso às lavouras capixabas (RELATÓRIO, 1852, p.56-57), porém, havia outros interesses por trás desse comércio. Segundo Pereira, em alguns locais do litoral brasileiro, o tráfico chegou ao fim, entretanto, na região compreendida entre o norte da província do Rio de Janeiro e o sul da província do Espírito Santo as tentativas de desembarque continuaram por alguns anos após 1850 (PEREIRA, 2013, p.2). Fontes relatam que após a data oficial do fim do tráfico entraram no Brasil

aproximadamente de 8.812 africanos,<sup>3</sup> e boa parte desses cativos pode ter chegado pelo sul do Espírito Santo.

Podemos inferir que os interesses no tráfico ilegal nessa região fluíam pela fronteira entre as duas províncias, com destaque pelo lado capixaba, dado seu vasto litoral que unia o delta do rio Itabapoana a Guarapari, banhado por grande faixa do Atlântico. Por outro lado, seu interior era percorrido por bacias fluviais cujas águas tocavam a Zona da Mata mineira, alcançado por afluentes primários e secundários e braços de rios que seguiam por terras fluminenses e capixabas. Portanto, entendemos que, sejam por suspeitas, tentativas ou pelos efetivos desembarques, a tríplice fronteira era uma escala que se articulava plenamente a partir de interesses diversos. Os municípios de Itapemirim e de Campos dos Goytacazes transformaram-se em verdadeiras zonas de confluência do tráfico ilegal de africanos, enveredando uma teia de acusações, suspeições e apreensões entre correspondências, ofícios e diligências. Minas Gerais não ficaria fora dessa escala, mesmo que estivesse na retaguarda da linha praieira (PEREIRA, 2013, p.2).

A permanência do tráfico no litoral de Itapemirim não servia apenas às lavouras capixabas de café, mas também para o envio de cativos seriam ao norte do Rio de Janeiro e às Minas Gerais. Através por meio de documentos presentes no Arquivo Nacional, Pereira (2013, p.4) detectou que o litoral capixaba era ponto de referência no desembarque de africanos após a Lei Eusébio de Queirós, principalmente nos limites do rio Itabapoana, e Itapemirim, além de Benevente e Guarapari. Após 1831 e a primeira proibição do tráfico de almas, os navios deixaram de desembarcar em grandes centros e passaram a operar em pequenas cidades brasileiras (CARVALHO, 2018, p.216).

**Mapa 6.** Mapa da Vila de Itapemirim-ES, com a Estrada que ligava Ouro Preto a Itapemirim e a localidade de Campos (1856)



Fonte: LEONHARD, J. H. VASCONCELLOS, João José de Sepúlveda e. *Carta da província do Espírito Santo com a parte da província de Minas que lhe está adjacente, organizada por ordem do Exmo. Sr. Dr. José Maurício Fernandes Pereira de Barros, presidente da mesma província.* Rio de Janeiro - Unidade de Federação-Rio de Janeiro – Brasil, 1856.

A quantidade de correspondência relacionada ao assunto era grande, o que comprova a preocupação das autoridades da época. De acordo com Santana (2000, p.304), os desembarques aconteceram até o fim da década de 1860. “A 7 de abril de 1856, o Chefe de Polícia da Corte relatava as feitorias de escravos, na África, e apontava, como principal porto de desembarque no Brasil, o Porto de Itapemirim” (NOVAES, apud SANTANA, 2000, p.304).

<sup>3</sup> Disponível em <http://www.slavevoyages.org>. Acesso em 24 de novembro de 2017.

No Espírito Santo documentos como os Relatórios dos Presidentes da Província, Ofícios do Chefe de Polícia e Cartas denunciavam o desembarque de navios que traziam africanos. Em 29 de outubro 1851 o presidente da Província, Nascentes d’Azambuja enviou ao Ministro da Justiça ofício em que relatava a apreensão de um navio com africanos “boçaes” na Vila de Itapemirim de nome Pachabote “Segundo”. A apreensão ocorrera há cinco meses a tripulação e os africanos foram deportados até a Corte para que se tomassem providências (OFÍCIO, 1851). Uma das medidas da Lei Eusébio de Queirós foi transferir o julgamento das apreensões para um tribunal específico na Corte, uma vez que o Judiciário local costumava absolver os envolvidos (MAMIGONIAN, 2017, p.285-286).

Em outro ofício, no mesmo ano, enviado da Corte ao Presidente da Província e encaminhado aos delegados de Itapemirim e Guarapari e ao subdelegado de Benevente, consta a informação sobre o desembarque de 170 africanos que foram conduzidos para o interior de Itapemirim. O negócio pertencia a Joaquim Ferreira de Oliveira e seu seus sócios, Joaquim da Fonseca de Guimarães e Geraldo, sem maiores informações sobre este último. Os traficantes deveriam ser encontrados e enviados à corte junto com os africanos (OFÍCIO, 1851). Outro ofício descreve carta de autoria de Oliveira a seu sócio, Guimarães, informando que estava pronto para receber os africanos de Angola enviados por seu outro sócio residente na África, Francisco Antônio Flores. Essa carta dizia que Oliveira não tinha medo das denúncias contra ele e que antes de ser deportado levaria o “diabo e o Ministério” (DENÚNCIA, 1851).

Ferreira de Oliveira era português e proprietário da fazenda Cery, em Itapemirim. Mantinha negócios em Campos dos Goytacazes e o ministro do Império emitira as ordens para capturá-lo. Quem as recebeu foi o delegado de Polícia e juiz de Orfãos do Termo de Itapemirim, Rufino Rodrigues da Lapa, que designou o major Caetano Dias da Silva para cuidar do caso. Dias da Silva, como citado, também era envolvido com tráfico de escravos, além de ter relações com Ferreira de Oliveira. No período em que aquele ocupou o cargo de juiz municipal de órfãos, o traficante visitou sua família em Itapemirim, e alguns diziam que o fato ocorreu com o aval do major Caetano (PEREIRA, 2013, p.10-11).

Ainda em 1851, no dia 29 de novembro, outro ofício enviado pelo chefe de Polícia da Corte ao presidente Azambuja, comunicava-se que forças policiais do Império foram enviadas à Vila de Itapemirim, pois ocorrera na localidade:

desembarque em Itapemirim de 270 Africanos na Fazenda do Coronel João Gomes, cunhado, que se diz do Barão de Itapemirim. A mesma denuncia teve o delegado da dita Vila, assim como ordem para varejar a mesma Fazenda e prender os criminosos e capturar os escravos; indigitando-se como Agente do contrabando a Joaquim da Fonseca Guimarães, que se diz fora para este fim a referida Vila (OFÍCIO, 1851).

A denúncia é uma das que envolvem o nome do Barão de Itapemirim, apontado como um dos principais traficantes de escravos do Sudeste (SANTANA, 2000, p.304). Em 06 de abril de 1851 o presidente da Província do Espírito Santo, Felipe José Pereira Leal, informou em correspondência confidencial ao ministro da Justiça, Eusébio de Queirós, o desembarque de “cento e tantos” africanos em Barra do Itabapoana, fruto de negociação com José Bernardino de Sá, comerciante de escravos, para a fazenda do Barão de Itapemirim. Lá seriam revendidos por Aurélio Jorge da Silva Quintaes e pelo alferes Custódio Luiz de Azevedo a outras pessoas. A incriminação foi enviada pelo coronel João Nepomuceno Gomes Bittencourt e seu cunhado, o major Caetano Dias da Silva, ambos desafetos do barão, de acordo com o próprio Leal, que também chamou a atenção de Queirós para a amizade do citado barão com traficantes (PEREIRA, 2013, p.6).

Dias da Silva havia sido chamado em uma coluna do Correio de Vitória de 1852, de “tigre sanhudo atrás da presa”, devido sua relação com o tráfico ilegal de africanos (PEREIRA, 2015, p.15). Quanto ao seu cunhado, o coronel Gomes Bittencourt, denúncias com seu nome também ocorreram após 1850. Em 3 de novembro de 1852 o presidente Azambuja alertou o delegado de Polícia de Itapemirim “sobre um projeto para desembarque de africanos livres atribuídos aos Gomes Bittencourt” (OFÍCIO, 1851). Em outro ofício, de 10 de setembro de 1852, o delegado de Polícia de Itapemirim realizou denúncias ao presidente da

Província contra os Gomes Bittencourt e o barão, pois de acordo com ele, ambos protegiam o tráfico de escravos em Itapemirim (OFÍCIO, 1851).

O comerciante negreiro, José Bernardino de Sá, foi envolvido em inúmeras denúncias sobre a chegada de africanos ilegalmente no litoral do Espírito Santo. Bernardino de Sá foi um dos maiores contrabandistas após 1831, tendo seu nome registrado pela Polícia em lista contendo os 292 traficantes de escravos entre 1811-1831 (PARRON, 2009, p.134). Em ofício de 27 de março e outro de 24 de abril de 1851 (OFÍCIO, 1851) o presidente da Província, Felipe Leal, relatou o desembarque de africanos que envolvia Bernardino de Sá e outros de nome Mendes e Oliveira, provavelmente Joaquim Ferreira de Oliveira, uma vez que aguardava a embarcação na Fazenda Sery (Cery). Em abril do mesmo ano, aproximadamente 120 africanos desembarcaram entre Itabapoana e Piúma, vindos em um Palhabote de propriedade de Antônio Pinto da Fonseca.

Outra delação envolveu Itapemirim e o traficante Bernardino de Sá por meio de ofício “reservado” e despachado pelo Ministro dos Negócios e da Justiça e entregue pelo Comandante do Vapor de Guerra Recife ao Presidente da Província, José Ildefonso de Sousa Ramos, em 19 de maio de 1852. Tratava-se de novas tentativas de importação de africanos em que traficantes procuravam, principalmente os portos de Vitória, Aldea Velha, Itapemirim e Itabapoana para efetuarem seus desembarques. As autoridades locais deveriam ficar atentas aos correspondentes de Sá, que era negociante da Corte (OFÍCIO, 1851).

Walter Pereira (2013, p.7) não afirma que o Barão de Itapemirim era negociante de escravos, mas destaca que seu nome estava envolvido em denúncias. Muitas delas sobre contrabando ilegal de africanos, era o próprio Silva Lima quem realizava. Enquanto presidente da Província em 1856, o Barão denunciou e cobrou medidas mais enérgicas para solucionar o problema. Em relatório apresentado pelo mesmo a Assembleia Legislativa Provincial, fez o seguinte pronunciamento sobre o assunto:

Trafico de africanos.

Supposto seja muito conhecida a extensão das praias desta província, a falta de força publica, e o quanto se prestão certos lugares para um fácil desembarque de africanos, nem-um se tem dado desde 1851, em que se malogrou a ultima empresa, graças aos esforços e dedicação do então delegado de policia Dr. Rufino Rodrigues Lapa, que em Itabapoana apprehendeu cento e tantos africanos, e bem assim toda a tripulação do barco que os trasia; e pois se pode considerar extinto na província esse criminoso comércio. Todavia esta presidência não tem cessado de recomendar a todas as authorities a maior vigilância a tal respeito, com especialidade, ás de Itapemirim, e seria para desejar-se que o governo imperial assumindo aos pedidos ultimamente feitos, houvesse de facilitar certos meios indispensáveis para profligar os traficantes, se por ventura ousarem reaparecer nesta província (RELATÓRIO, 1856).

De acordo com o barão, os desembarques foram encerrados em 1851 e o delegado Rufino Rodrigues Lapa fez o possível para extinguir o comércio no sul da província. As fontes dão indícios que os desembarques não se encerraram neste ano. De certo é que o barão, curiosamente, enquanto presidente provincial não se cansava de cobrar do Ministro da Justiça providências sobre a fragilidade de região, conforme também citou em seu discurso. Pedia ao ministro que designasse um juiz municipal para servir como delegado de polícia, que fosse enviado um bacharel para atuar como promotor, além de 80 a 100 praças da confiança do ministro e um vapor de guerra para ficar parado em águas capixabas. Foi atendido nos primeiros pedidos que, sugeriu a convocação imediata da Guarda Nacional para atuar exclusivamente no combate ao tráfico de africanos (PEREIRA, 2013, p.7). Chega a ser irônica a estratégia de Itapemirim.

Não somente o barão, enquanto presidente da Província reclamou ao governo imperial sobre a falta de proteção do litoral capixaba em relação aos traficantes negreiros. Felipe Leal, em 1851, chamou atenção do ministro Eusébio de Queirós para a necessidade de ampliar a vigilância no litoral sul capixaba, pois, segundo ele, ali atuavam os “protegidos do barão.” José Azambuja, em 1852, também reclama a Queirós sobre a necessidade de guarnecer melhor o litoral, já que a Guarda Nacional do Espírito Santo se encontrava

em péssimo estado. Queirós questionara Azambuja sobre os “pacíficos desembarques de africanos” no litoral capixaba (PEREIRA, 2013, p.7-9).

A fragilidade da vigilância naquelas praias era motivada, principalmente, pela deserção de homens da força pública de Itapemirim, por “maus tratos”. Azambuja citava o caso da Companhia Fixa de Caçadores, que abandonara o ponto mais vulnerável da província abrindo flanco aos desembarques. Na década de 1850, em anos de insistência do tráfico ilegal, parece que a província capixaba enfrentava espasmos de instabilidade social e política, contaminando, inclusive, seu corpo de guarda militar e civil (PEREIRA, 2015, p.14).

Inúmeras correspondências entre 1850-1860 relacionadas ao tráfico ilegal no Espírito Santo e em Itapemirim provocadas pelos ministros do Império encontram-se no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e no Arquivo Nacional. As mensagens geravam algum efeito para impedir os desembarques, como a enviada por Queirós a Azambuja em 1851, a respeito de denúncia realizada por F. Mendes, caixeiro viajante de Bernardino de Sá, sobre o desembarque de três barcos com africanos em Itapemirim. Com exceção da prisão da apreensão ocorrida em 1851 (OFÍCIO, 1851), nada mais foi constatado, mas os esforços mantiveram os navios afastados. Em algumas denúncias, como a recebida por Azambuja relacionada ao desembarque em Nova Almeida ou Rei Magos, os africanos teriam sido “internados” em Minas Gerais (PEREIRA, 2013, p.8-9).

Itapemirim, como bem destacou Pereira, era parte de uma complexa rede de contrabando ilegal de africanos após 1850. Cativos eram importados e desembarcavam no litoral de Itapemirim e em outras partes do litoral capixaba, enviados posteriormente, ao norte do Rio de Janeiro e a Minas Gerais. A “tríplice Fronteira”, como definido por Pereira, preocupou autoridades imperiais durante a década de 1850. Além disso, ao contrário do que a historiografia tradicional capixaba (SANTANA, 2000, p.301-306; OLIVEIRA, 2008, p.372) trata, não era apenas o Barão de Itapemirim que realizava esse tipo de comércio ilegal de pessoas. Outros grandes fazendeiros, como o Coronel Gomes Bittencourt, e seu cunhado, o major Dias da Silva, fundador da colônia de Rio Novo, também estavam envolvidos, o que levanta a hipótese de que outros fazendeiros podem ter sido responsáveis pelo infame comércio. As fontes indicam, porém, que a trama era muito maior e envolvia outros grandes fazendeiros locais. “Os donos de terra, portanto, não eram vítimas endividadas com os traficantes, mas participantes diretos do negócio” (CARVALHO, 2018, p.127)

Homens envolvidos no tráfico ilegal atuavam no controle de instituições vinculadas à repressão aos traficantes. Não por outro motivo, algumas autoridades locais tinham consciência de que as denúncias e as suspeitas estavam relacionadas a desentendimentos e rivalidades entre potentados locais. Em relatório de 13 de agosto de 1852, o chefe de polícia da província, Antônio de Tomaz Godoy, alertara que tais manifestações sobre o tráfico ilegal de africanos eram frutos de intrigas entre os “dois partidos locais”, em que “um serviria de sentinela ao outro” com o intuito de levantar suspeitas ou apresentar denúncias sobre o comércio ilegal de africanos (PEREIRA, 2015, p.16).

De certo, “O Espírito Santo seria a província que menos intimidava os contrabandistas, mantendo-se como lugar preferido para descarregar seus negreiros” (PEREIRA, 2015, p.13) a parte mais frágil da Tríplice Fronteira por ser a com menor contingente policial. O governo imperial passou não só a coibir os desembarques, mas também monitorar o comércio entre as províncias, isso porque, os cativos africanos desembarcavam em lugares menos visados pelas autoridades e seguiam legalizados através do comércio intraprovincial (MAMIGONIAN, 2017, p.292). Também ocorreu no litoral brasileiro, a partir de 1831, com mais intensidade, o comércio de crianças africanas, que seria uma estratégia para aumentar a longevidade escravidão brasileira (CARVALHO, 2018, p.132). Não há documentos em Itapemirim que comprovem a chegada de africanos pelo comércio intraprovincial ou o desembarque de crianças no seu litoral. As fontes até aqui analisadas relatam denúncias de supostos desembarques. Porém, até aqui foi constatado que Itapemirim era uma região habitada por muitos africanos que trabalhavam nas lavouras de açúcar e café.

## 6. Referências Bibliográficas

### 6.1 Fontes Primárias

- APEES. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.
- APEES. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).
- BRASIL. Lei 581, de 4 de setembro de 1850, que proibiu o tráfico de escravos. Disponível em [www2.camara.leg.br](http://www2.camara.leg.br).
- BRASIL, Lei 2.040, que declarava na condição de livre os filhos de mulher escrava que nasceram desde a data desta lei. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br).
- O Decreto Provincial nº 11, de 16/07/1856 cria a freguesia de São Pedro das Cachoeiras do Itapemirim, que estava subordinada a Itapemirim até que foi elevada à categoria de Vila, pelo Decreto Provincial nº 11, de 23/11/1864.
- ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de Província (1833-1888). *Relatórios de Presidentes da Província do Espírito Santo*. Disponível em [www-apps.crl.edu](http://www-apps.crl.edu).
- Recenseamento Geral do Império de 1872. Diretoria Geral de Estatística, Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger/Tip. Comercial, 1876, 12 volumes.

### 6.2 Fontes Bibliográficas

- ALMADA, Vilma. Paraíso Ferreira. *Escravidão e Transição: o Espírito Santo, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- BITTENCOURT, Gabriel. *A Formação Econômica do Espírito Santo: O Roteiro da Industrialização*. Do Engenho às Grandes Indústrias (1835-1980). Rio de Janeiro/Vitória: Livraria Editora Cátedra em convênio com Departamento Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo, 1987.
- BITTENCOURT, Gabriel. *História Geral e Econômica do Espírito Santo: Do engenho colonial ao contexto fabril – portuário*. Vitória: Multiplicidade, 2006.
- BRAGA, Newton. *Histórias de Cachoeiro*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/ UFES/ Secretaria da Educação e Cultura, 1996.
- CAMPOS, Adriana Pereira. *Escravidão, reprodução endógena e creolização: o caso do Espírito Santo no Oitocentos*. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, 2011.
- CARVALHO, Enaile Flauzina. *Política e Economia Mercantil nas terras do Espírito Santo (1790-1821)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. A rápida viagem dos “Berçários Infernais” e os desembarques nos engenhos do litoral de Pernambuco depois de 1831. In.: OSÓRIO, H. e XAVIER, R. C. L. *Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2018
- FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima, *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 29-71.
- HESS, Regina Rodrigues; FRANCO, Sebastião Pimentel *A República e o Espírito Santo*, Vitória, ES: Multiplicidade, 2005.
- LAGO, Rafaela Domingos. *Sob os olhos de Deus e dos homens: escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo (1831-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013.
- MACHADO, Laryssa da Silva. *Retratos da Escravidão em Itapemirim: uma análise das famílias escravas entre 1831-1888*. Dissertação (Mestrado em História) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2019.
- MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARINS Antônio. Itapemirim. In.: *Minha Terra e Meu Município*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1920.

MARQUES, Cezar Augusto. *Dicionário Histórico, Geográfico E Estatístico da Província Do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público do Espírito Santo, 2003.

MARQUESE, Rafael Bivar. A Dinâmica da Escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. In.: *Novos Estudos* 74. Mar. 2006.

MORENO, Luciano R. *Itapemirim: como tudo começou*. Serra-ES: Formar, 2016.

OLIVEIRA, José Teixeira. *Historia do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.

PARRON, Tâmis Peixoto. *A Política da Escravidão no Império do Brasil (1831-1865)*. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História. São Paulo, 2009.

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. A trama do tráfico ilegal de africanos na província do Espírito Santo (1850-1860). *XI Congresso Brasileiro de História Econômica*. Vitória: 14 a 16 de setembro de 2015. Disponível em [www.abphe.org.br](http://www.abphe.org.br).

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. Tráfico Ilegal de Africanos ao Sul da Província do Espírito Santo, depois da Lei de 1850. *6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Disponível em [www.escravidaoeliberdade.com.br](http://www.escravidaoeliberdade.com.br).

PRADO, Solange Faria. *O Poder e a Luta pela Propriedade da Terra no Vale do Rio Iconha/Piúma: O caso Thomaz Dutton Junior (1870-1906)*. Tese (Doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2018.

RIBEIRO, Geisa. Lourenço. *Enlaces e Desenlaces: Família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790-1871)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

RIBEIRO, Luiz Cláudio Moisés. Modos de Ver (1534-1643): o governo da capitania do Espírito Santo na sua/ primeira centúria. In: BITTENCOURT, G., RIBEIRO, L. C. M. (org.). *Espírito Santo: um painel da nossa história II*. Vitória-ES: Secult, 2012, p.171-200.

ROCHA, Haroldo Corrêa.; COSSETTI, Maria da Penha. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo, 1850/1930*. Vitória: Departamento de Economia, NEP/UFES, 1983.

ROCHA, Levy. *Crônicas de Cachoeiro*. Rio de Janeiro: Editora Livros S. A., 1966.

ROCHA, Levy. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. Vitória: Secretaria de Educação; Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

RUSSO, Maria do de Oliveira. *Cultura política e a relação de poder na região de São Mateus: o papel da Câmara Municipal (1848/1889)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2007.

SALETTTO, Nara. *Transição para o Trabalho Livre e Pequena Propriedade no Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: EDUFES, 1996.

SANTANA, Leonor de Araújo. O negro na historiografia capixaba: a presença negra na obra de Maria Stella de Novaes. In: *Dimensões: Revista de História da Ufes*. Vitória: UFES, CCHN, vol. 11, Jul-Dez, 2000, p. 301-306.

SANTOS, Estilaque F. O Território do Espírito Santo no Fim da Era Colonial. In: BITTENCOURT, Gabriel. (org.). *Espírito Santo: um painel da nossa história*. Vitória: Secult, 2002.

VASCONCELLOS, Ignácio Accioli. *Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978.